

# Estados (des)unidos da América Latina? Milcíades Peña e o debate sobre unidade latino-americana<sup>1</sup>

Renato César Ferreira Fernandes  
Doutorando em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas -  
UNICAMP<sup>2</sup>  
[rcesarff@yahoo.com.br](mailto:rcesarff@yahoo.com.br)

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar as formulações de Milcíades Peña (1933-1965) sobre as razões históricas e política da unidade latino-americana. A unidade latino-americana apresenta-se como um “nó histórico”, isto é, como um problema no qual se organizam racionalidades políticas (ROSANVALLON, 1995, p. 16). Nesse sentido, por meio deste nó se organizaram narrativas históricas e também projetos políticos no campo da esquerda argentina e, poderíamos dizer latino-americana. Este não é o único nó que organiza essas racionalidades, mas de certa forma ele a condensa. As reflexões históricas e políticas de Peña aparecem como uma concepção de mundo que é organizada por diversos “nós”: a industrialização, o nacionalismo, a nação, a classe operária, o peronismo, etc. Todos eles se conectam ao nó da unidade latino-americana, mas vão para além dela. Neste artigo, localizaremos a reflexão de Peña a partir da localização deste no debate da historiografia e da política na esquerda argentina – o autor participava estava ligado a tradição trotskista argentina<sup>3</sup>.

No processo de circulação de ideias, localizamos três etapas nas quais a ideia da unidade latino-americana foi mais difundida, priorizando o reflexo dessa ideia no campo intelectual da esquerda argentina. A primeira é no processo de independência no qual a ideia da unidade da região nasce em meio aos combates de emancipação do domínio espanhol. Num segundo momento, essa ideia tem repercussão junto aos ideais socialistas e a socialdemocracia nascente no continente. O último período é o de Peña, entre os anos 40 e 50, principalmente após a publicação de *América Latina: un país* de Jorge Abelardo Ramos.

A análise da ideia da unidade regional em cada autor, principalmente em Peña e Ramos, será feita a partir da proposta de uma *história política do pensamento político* (BIANCHI, 2014). Para isso, recuperamos as formulações de Antonio Gramsci sobre a relação entre história e política. Para o comunista italiano, “História e política estão estreitamente unidas, são, aliás, a mesma coisa; entretanto, deve-se distinguir a avaliação dos fatos históricos e dos fatos e atos políticos” (GRAMSCI, 1981, vol. 2, p. 37. Tradução nossa<sup>4</sup>). Essa unidade/distinção entre história e política é importante quando

---

<sup>1</sup> Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

<sup>2</sup> Essa pesquisa é desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Marxismo e Pensamento Político associado ao Centro de Estudos Marxista da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>3</sup> Peña militou na corrente trotskista conhecida como “morenismo” entre 1947 e 1958. Rompeu pelo desacordo com a política frente ao peronismo. Além do trotskismo, no campo de esquerda na Argentina existiam outras três tradições intelectuais: anarquistas, comunistas e a esquerda nacional (TARCUS, 1996, p. 22–25). A tradição se refere a um núcleo comum de ideias mestras, sendo que intelectuais e organizações políticas desenvolveram essas ideias de maneira muitas vezes divergentes.

<sup>4</sup> Optamos por fazer tradução de todas as citações que estão no corpo do texto para uma melhor leitura. As citações maiores serão mantidas no idioma original.

compreendemos que elas são ao mesmo tempo ciências autônomas (IBIDEM, p. 177) e possíveis de serem “traduzidas” uma na outra (IBIDEM, p. 181).

A ideia da unidade latino-americana se apresenta, ao mesmo tempo, como uma reflexão sobre a história da região e como uma proposição política. Nesse sentido, ao analisar essa ideia consideramos que ela carrega consigo essas duas reflexões e procuramos estabelecer o peso de cada uma dessas reflexões, assim como a tradutibilidade entre elas.

A exposição do artigo segue a divisão temporal proposta acima. Na primeira parte, procuramos esboçar as primeiras compreensões sobre a unidade latino-americana expresso pelos dirigentes da independência na região. Na segunda parte, contextualizamos o surgimento deste debate na esquerda socialista argentina. Na terceira parte, abordamos os principais elementos da reflexão de Jorge Abelardo Ramos em seu livro *América Latina: un país* (1949). Na quarta parte, abordamos a crítica de Milcíades Peña em sua *Historia del Pueblo Argentino* (2012). Na última parte, tentamos realizar uma síntese a partir da análise dos argumentos de Peña.

Este trabalho faz parte do meu projeto de doutorado que tem como objeto a questão nacional em Milcíades Peña. A unidade latino-americana é um dos nós que condensam a reflexão sobre a nação argentina.

### **Ideias e combates na independência latino-americana**

A independência latino-americana foi um processo continental: num espaço de aproximadamente 30 anos (1800-1830), a maioria dos países da região, antes submetidos a dominação europeia, transformaram-se em independentes. Esse processo ocorreu por meio de uma combinação de elementos estruturais e conjunturais, entre eles os processos revolucionários de independência das colônias inglesas, a revolução francesa e a expansão napoleônica.

Mas essa luta pela independência da região latino-americana, tal como afirma o historiador Luis Vitale, foi antecedida por uma luta pela autonomia política e/ou econômica. Já no final do século XVIII, ocorreram diversas tentativas de articulação entre intelectuais, militares, nativos e setores das classes dominantes das colônias para lutarem por uma maior autonomia frente a metrópole: a revolução derrotada de Tupac Amaru, que abarcou do norte da Argentina até o Peru; a rebelião dos Comuneiros, na região da Colômbia e Venezuela; as rebeliões de escravos em países como Jamaica, Venezuela e Haiti; e diversas outras conspirações, incluindo a Conjuração Mineira e Baiana, são exemplos destes movimentos percussores do processo de independência latino-americana (VITALE, s/d, p. 17–35).

Foi no surgimento desses processos de luta que se construiu a ideia de uma unidade latino-americana. De acordo com Vitale, um dos pioneiros nessa ideia foi Juan Picornell, um dos inspiradores da Conspiração de *La Guaira* (cidade venezuelana) de 1797. A Conspiração tinha por objetivo a independência na região da Venezuela, por meio de uma ação militar, mas foi frustrada pela delação de comerciantes e padres da região às autoridades espanholas. O programa da Conspiração tinha um caráter democrático-burguês: igualdade entre indígenas, brancos, pardos e morenos, fim da escravidão negra e do trabalho compulsório dos indígenas, livre comércio, entre outros pontos. A inspiração era a *Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos* (1793) proclamada no processo da Revolução Francesa. Os três lemas que conduziam a luta pela independência em *La Guaira* eram “viva o povo americano”, “viva a liberdade” e “morte ao despotismo” (MICHELENA, 2012, p. 196).

Houveram outros combatentes pela autonomia e/ou independência da região que também combinaram essa luta com o processo de unidade da América Latina. Entre esses diversos pensadores políticos e combatentes, queremos destacar o pensamento de Francisco de Miranda e de Simón Bolívar.

Francisco de Miranda nascido em Caracas em 1750, líder da independência venezuelana, foi um dos precursores da ideia da unidade dos “americanos colombianos”. Em 1801, apresentou um “esboço do governo provisório” no qual buscava delinear as principais organizações políticas e institucionais após a independência das colônias da Espanha (MIRANDA apud ROMERO, 1985, p. 13–19). Além disso, num discurso proferido em 1806, quando duma tentativa frustrada de sublevação pela independência na cidade de Caracas, Miranda afirmou a necessidade da união dos 16 milhões de habitantes da América Espanhola contra os “poucos odiados agentes do governo de Madri” (IBIDEM, p. 21). Para ele, “nossa independência” dependia da “nossa vontade” para lutar contra os espanhóis.

Outro grande pensador da unidade latino-americana no processo de independência foi Simón Bolívar. Ele é considerado o “pai” da ideia de unidade latino-americana e os atuais movimentos políticos bolivarianistas, incluindo a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) se inspiram nas ideias da unidade latino-americana preconizada pelo “Libertador”.

Para Bolívar, a luta pela independência era fruto de um processo de guerra civil que opunha Americanos e Espanhóis (BOLÍVAR, 2009, p. 24). Nesse processo de independência era necessário unificar as diversas repúblicas que surgiam em cada canto do continente numa federação de repúblicas hispano-americanas com o objetivo de garantir a independência frente ao inimigo espanhol. Esse foi o sentido da condução da luta pela emancipação em países tão diferentes como Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Esse também foi o sentido da intervenção política de Bolívar expressa na *Carta da Jamaica* (1815) e também na política do *Congresso do Panamá* (1826). Na carta de convocação para o Congresso do Panamá, escrita em 1824, Bolívar afirmou:

Profundamente penetrado de estas ideas, invité en 1822, como presidente de la república de Colombia, a los gobiernos de México, Perú, Chile y Buenos Aires, para que formásemos una confederación y reuniésemos, en el istmo de Panamá u otro punto elegible a pluralidad, una asamblea de plenipotenciarios de cada estado “que nos sirviese de consejo en los grandes conflictos, de punto de contacto en los peligros comunes, de fiel intérprete en los tratados públicos cuando ocurran dificultades, y de conciliador, en fin, de nuestras diferencias” (IBIDEM, p. 211-212)

Nesse sentido, como afirmou Peña, as ideias centrais da integração proposta por Bolívar tinham com base a defesa contra um inimigo comum (Espanha) e também a necessidade de evitar conflitos entre os países independentes do Novo Mundo.

A derrota das ideias latino-americanistas no processo de independência foi imposta por oligarquias regionais que não tinham interesses em unificar nossa América. Mas a ideia da unificação não morreu com a derrota parcial de Bolívar e outros latino-americanistas. Ela prosseguiu em determinados círculos intelectuais e também reaparecerá na socialdemocracia argentina<sup>5</sup>.

## **As tradições de esquerda na Argentina e a ideia da unidade latino-americana**

---

<sup>5</sup> Em determinado sentido, a luta pela unidade latino-americana esteve presente em todas as organizações políticas anti-imperialistas da região: correntes nacionalistas de esquerda como a *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) do Peru e também no discurso dos líderes políticos como Augusto Sandino na Nicarágua que defendia a ideia da *Patria Grande*. Ver Vitale (2001).

As ideias socialistas começaram a circular na Argentina entre o final do século XIX e o início do século XX. Os primeiros expoentes foram imigrantes europeus: principalmente alemães, franceses e italianos, por meio de associações e jornais socialdemocratas. Em 1896 reuniram-se diversas associações e jornais e realizaram o congresso de fundação do *Partido Socialista de Argentina* (PSA). Entre os intelectuais que pertenceram ao partido estavam o médico Juan B. Justo, José Ingenieros e Manuel Ugarte.

O argentino Manuel Ugarte (1875-1951) foi um dos primeiros intelectuais a tentar unificar o ideário socialista à ideia da unidade da América Latina. Em um dos seus primeiros artigos sobre o assunto, escrito em 1901, Ugarte afirmou que os países da América Latina não estavam separados por “nenhum antagonismo fundamental” (UGARTE, 1987, p. 4) e que entre

las dos repúblicas más opuestas de la América Latina, hay menos diferencia y menos hostilidad que entre dos provincias de España o dos estados de Austria. Nuestras divisiones son puramente políticas y por tanto, convencionales. Los antagonismos, si los hay, datan apenas de algunos años y más que entre los pueblos, son entre los gobiernos. (IBIDEM).

Ugarte, assim como outros intelectuais e dirigentes do PSA, foram influenciados pela concepção de mundo positivista (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 290). Nesse sentido, o argumento central do socialista era da “irracionalidade” da divisão latino-americana, por isso a ideia de “convencional” para explica-la.

Para Ugarte, a relação entre socialismo e pátria não era antagônica, mas convergente. Para ele, era necessário diferenciar o nacionalismo imperialista, que impõe os interesses de um país sobre o outro, do nacionalismo socialista, que significa a soberania nacional. Por isso, defendia o patriotismo socialista que nada mais é do que a defesa da autonomia nacional contra as intervenções estrangeiras e o direito de determinar a forma de viver e governar de cada país (UGARTE, 1987, p. 198).

A tentativa de Ugarte era de (re)construir um ponto de vista “Iberoamericano” (IBIDEM, p. 60) para a análise da região. Seus principais inspiradores eram Simón Bolívar e San Martín<sup>6</sup>. Esse ponto de vista analisava a questão nacional na região a partir de dois problemas centrais: a falta da unidade dos Estados da América Latina em razão da política das elites governantes e a dependência desses Estados dos países imperialistas – Espanha na época da colonização, Inglaterra e Estados Unidos na época do imperialismo.

Ugarte considerava a divisão dos países latino-americanos irracional dado que sua história, sua língua e sua cultura apontava para a unidade latina. Mas a irracionalidade não estava somente nesses elementos histórico-culturais. Do ponto de vista econômico, essa irracionalidade era gritante. Em diversos momentos, Ugarte compara o alto desenvolvimento dos EUA com o baixo desenvolvimento econômico da América Ibérica. Numa dessas comparações, ele afirma que o ponto de partida do desenvolvimento dos EUA foi a “unidade das 13 colônias”, enquanto a dispersão da América Latina é uma das causas do seu atraso (IBIDEM, p. 17). Além disso, as elites políticas que governaram a América Latina adotaram pontos de vista políticos e filosóficos provenientes da antiga metrópole como o autoritarismo e a oligarquia, enquanto nos EUA as formas políticas e filosóficas eram as mais desenvolvidas na Europa (IBIDEM, p. 12-13).

---

<sup>6</sup> José Francisco de San Martín y Matorras (1778-1850) foi um general argentino responsável por campanhas militares na Argentina, Chile e Peru durante a independência. Na campanha do Peru, em 1821, cedeu seu exército ao comando de Simón Bolívar na luta contra os realistas espanhóis.

Manuel Ugarte foi expulso duas vezes do PSA: a primeira em 1912 e a segunda na década de 30, após retornar do exílio e não conseguir ficar nem um ano no partido. Suas expulsões foram ocasionadas pela tentativa de combinação entre o socialismo e o patriotismo, conciliação considerada impossível para a direção “internacionalista” do PSA. Durante o primeiro governo Perón (1946-1951), Ugarte foi embaixador em países latino-americanos (México, Nicarágua e Cuba). Morreu em 1951. Em determinado sentido, suas ideias foram a inspiração de Jorge A. Ramos, que editou sua primeira obra na Argentina em 1953 – a obra era de 1910 e só havia sido publicado fora do país.

Outro intelectual que refletiu sobre a unidade latino-americana na Argentina foi Rodolfo Puiggrós (1906-1980). Puiggrós iniciou sua militância no movimento comunista na década de 1920, após uma viagem a União Soviética. A partir do início da década de 1940, ele começou a escrever estudos históricos sobre o processo de colonização, a independência e o papel de Mariano Moreno<sup>7</sup>. Para Puiggrós, Moreno apresentou “a plataforma programática que amalgamou os interesses tanto dos fazendeiros, da burguesia comercial como dos setores populares”, sendo o líder da revolução democrático-burguesa fracassada (LAFIT, 2011, p. 3). A revolução foi fracassada pois não havia “uma classe social que pudesse levar adiante a revolução democrática esboçada por Moreno”, pois, considerando que na Argentina ainda predominava o feudalismo e recuperando as formulações de Stálin, Puiggrós afirmava que “com as relações sociais feudais não estavam dadas as condições para o nascimento de uma nação” (ACHA, 2005). Nesse sentido, a integração latino-americana em Puiggrós está subordinada à abolição do feudalismo e ao desenvolvimento do capitalismo. Por isso, para o autor, a tarefa da integração latino-americana é uma tarefa do século XX, dos movimentos nacionalistas revolucionários como o peronismo.

### **Ramos e um país chamado América Latina**

Jorge Abelardo Ramos (1921-1994) iniciou muito jovem sua atividade militante: em meados da década de 1930, imbuído da ideologia anarquista, ajudou na organização de uma greve estudantil. A greve lhe valeu a expulsão do *Colegio Nacional de Buenos Aires*, uma das principais instituições escolares da época. Mas Ramos logo abandonou as ideias anarquistas e se aproximou das posições de Leon Trotsky. Fundou na década de 1940 a revista *Octubre* e aos poucos foi se aproximando da política de Perón. Para Ramos, o governo peronista era representante de um movimento revolucionário anti-imperialista. Foi durante o primeiro governo de Perón, que Ramos escreveu sua principal obra sobre a região: *América Latina, un país* (1949)<sup>8</sup>. Para o autor, a obra representava a “a história de sua fragmentação e a teoria da sua revolução unificadora.” (RAMOS, JORGE, 1949, p. 7).

Para Ramos, a história latino-americana devia ser analisada como uma totalidade, sendo a história de cada país apenas uma parte da história da região. Um dos principais problemas da história latino-americana é o processo de “balcanização”: ao iniciar a colonização, no século XVI, a Espanha dividiu as regiões em grandes vice-reinos, estabelecendo fronteiras e limites arbitrários. Essa balcanização está na origem do processo de separação da América Latina.

---

<sup>7</sup> Mariano Moreno (1778-1811) foi um dos principais líderes da independência na região do Rio da Prata sendo o Secretário de Guerra e membro do Governo da Primeira Junta entre 1810-1811.

<sup>8</sup> “Cuando Jorge Abelardo Ramos, mi padre, publicó su primera obra, América Latina: un País, una comisión del Congreso dedicada a las «actividades antiargentinas» ordenó su censura y consecuente secuestro de las librerías.” (RAMOS, VICTOR, 2006, p. 13). Isso aconteceu durante o governo de Perón.

Para o autor, a Espanha que conquistou a América era um país atrasado do ponto de vista do desenvolvimento capitalista. Esse atraso cobrou seu preço na colonização latino-americana. Ramos afirmou que “incapaz de realizar em sua própria nação a revolução burguesa, Espanha haveria de reproduzir em seu império colonial e em grande escala, seu gigantesco atraso histórico. Esse atraso influirá no caráter da América Latina.” (IBIDEM, p. 34).

O processo de independência foi entendido por Ramos como uma tentativa de realização da “revolução burguesa” no continente latino-americano (IBIDEM, p. 8). Na maioria dos países da região essa revolução burguesa foi uma luta entre as elites mercantis e a burocracia espanhola, sem envolvimento das massas. As exceções foram o México, Paraguai e, em menor medida, o Alto Peru (Bolívia), nos quais houve uma participação na guerra civil das classes baixas – essas classes eram compostas por servos nos latifúndios, pequenos artesãos nas cidades e escravos nas plantações.

O processo de independência ibero-americano teve três características fundantes: a) foi um processo prematuro, já que a classe dominante se apoiou numa economia pouco desenvolvida; b) foi um processo que aprofundou a balcanização da região, isto é, aumentou a divisão do território de acordo com os interesses dos impérios europeus; c) foi uma passagem da dependência da Espanha para outros países, principalmente, a Inglaterra (IBIDEM).

Em sua obra, Ramos analisou os projetos dos dois principais líderes da independência: Miranda e Bolívar. Sobre Miranda, afirmou que o projeto era elitista, já que excluía dos planos “a participação e a liberação econômica e política das grandes massas exploradas” (IBIDEM, p. 48). Já sobre Bolívar, Ramos afirmou que o Libertador tinha uma visão audaz e profunda do processo de unificação latino-americana. Mas, ao mesmo tempo, essa visão audaz foi considerada patética, pois existia uma desproporção entre seus planos políticos e suas forças reais, visto que a elite colonial era contrária a unificação continental e não existia uma força social interessada nesse projeto (IBIDEM, p. 59).

Após a independência, na verdade durante o processo mesmo dela, duas tendências se manifestaram na luta: de um lado, uma tendência protecionista, defensora da indústria local e nacionalista; de outro lado, uma tendência livre-cambista que desejava uma fusão com o capital estrangeiro (IBIDEM, p. 68). Para Ramos, a chave do processo de independência está mais nessa luta pela hegemonia entre esses dois setores oligarcas do que na luta entre os criollos e a burocracia espanhola (IBIDEM).

A tendência vencedora no processo de independência foi a livre-cambista. A principal força social que concretizou essa tendência nos países latino-americanos foi a “oligarquia compradora”. Esse grupo dominante se caracterizava por ser apenas uma classe intermediadora entre a política imperialista e as nações latino-americanas. Essa intermediação significava a submissão dos interesses nacionais aos interesses imperialistas. É com este sentido que Ramos chama essa oligarquia de “antinacional” (IBIDEM). Essa oligarquia compradora representava uma força centrífuga baseada na economia colonial, isto é, ao invés de ter como base o projeto de desenvolvimento do país, ela dependia do mercado externo para se desenvolver.

Com a independência e a vitória da ala livre-cambista, predominou na maior parte dos países da região a política de “portas abertas”, que significou a destruição da indústria local e o fortalecimento das relações comerciais com a Inglaterra (IBIDEM, p. 9).

Para Ramos, o problema da unificação latino-americana faz parte da questão nacional. Para o autor, a questão nacional no capitalismo atravessou dois períodos históricos: 1) expansão inicial do capitalismo e constituição de Estados nacionais na

Europa Ocidental (entre os séculos XV e XVIII); 2) a formação do imperialismo e o problema da imersão do problema nacional na questão nacional (IBIDEM, p. 14-15).

Logo após a independência, o afluxo do capital internacional para os países da América Latina realizou uma *especialização hipertrófica* das forças produtivas, se aproveitando dos fatores geográficos, climáticos e geológicos: cacau no Equador, café no Brasil, gado na Argentina e Uruguai, etc. Dessa forma, essa especialização fortaleceu as oligarquias locais que dependia do comércio exterior para realizar seus lucros e enfraqueceu todo projeto de investimento numa industrialização a partir do Estado.

Como dissemos, para Ramos, no processo de independência não havia força social capaz de concretizar a unidade latino-americana. A força social capaz de realizar esse projeto só surgirá no século XX:

La creación de un estado único en América Latina ha alcanzado conciencia teórica solamente en nuestros días. (...) Sus cimientos fueron construidos por las tres grandes crisis del imperialismo: la guerra imperialista Nº 1, la depresión de 1929, la guerra imperialista Nº 2. Al quebrantar las relaciones económicas tradicionales con las metrópolis, la crisis actuó como propulsora de la industria nacional: Argentina, Brasil, México y otros estados vieron surgir una burguesía nativa. Aprovechando el odio de las masas contra el imperialismo, esta burguesía semicolonial se apoyó algunas veces sobre ellas para negociar mejores condiciones con el opresor extranjero. En todos los casos esas fricciones ayudaron involuntariamente a elevar el nivel político y la conciencia revolucionaria de las masas, y en primer lugar, del proletariado. (IBIDEM, p. 22)

Para o autor, o principal sujeito social da luta pela unidade latino-americana é a “burguesia industrial latino-americana e sobretudo a argentina” (IBIDEM, p. 10). Para realizar esse projeto, essa burguesia deve se aliar ao exército nacional e ao proletariado. Concretamente, Ramos considerava o governo de Perón e os governos de Vargas, Paz Estensoro e Cárdenas como representantes políticos dessa burguesia industrial latino-americana que se enfrentavam com a burguesia imperialista. Era a partir deste enfrentamento e da possibilidade da aliança entre as burguesias nativas/nacionais que se poderia lutar pela unidade latino-americana.

O surgimento de movimentos nacionalistas apoiados na burguesia industrial e nas classes trabalhadoras, de acordo com Ramos, só foi possível devido a decadência do imperialismo norte-americano no pós-segunda guerra e a necessidade da reforma agrária e da unidade nacional dos países latino-americanos (RAMOS, JORGE, 2011, p. 391). Nesse sentido, Ramos considerou que Perón realizou grandes passos na tentativa de concretizar a unidade latino-americana. Um desses passos foi acordo com o Chile, assinado em 1953, de uma união comercial entre os dois países. Em poucos meses, Equador, Venezuela e Colômbia se interessaram por dita união (IBIDEM, p. 388). Mas, para Ramos, o grande erro de Perón, que iniciou o processo de unificação latino-americana por meio da união comercial, foi não ter expropriado a oligarquia financeira, do gado e comercial argentina. Foi essa oligarquia que, apoiada pelo imperialismo, derrubou-o e encerrou na Argentina a “revolução peronista” (IBIDEM, p. 389-390) e também os tímidos passos dados na unidade latino-americana.

O principal argumento de Ramos, como vimos, é a balcanização: iniciada durante a colonização, fortalecida pelo processo de independência e aprofundada com o domínio das oligarquias locais ligadas ao capital imperialista. A ruptura desse processo de balcanização só aparece como possível, para Ramos, a partir de um projeto nacionalista de ruptura com o capital imperialista e industrialização nacional, baseado na aliança entre a burguesia industrial e o proletariado moderno contra as oligarquias intermediárias e agrárias.

## Milcíades Peña e os Estados desunidos da América Latina

Um dos principais críticos das teses sobre a unidade latino-americana de Ramos foi Milcíades Peña. Peña foi um intelectual autodidata e militante trotskista argentino. Sua principal obra é *Historia del Pueblo Argentino* (HdPA) manuscrita entre 1955-1957 e publicada postumamente. É importante ressaltar que o objetivo de Peña em HdPA é escrever uma crítica a historiografia argentina. Nesse sentido, as análises históricas da região latino-americana só se fazem presentes nos momentos em que se combinam as duas histórias. O principal ponto de contato, nesse sentido, foi o período da colonização e do processo de independência.

HdPA é uma crítica historiográfica aos historiadores positivistas, oficiais e revisionistas argentinos, sendo a crítica central aos historiadores marxistas, principalmente, os historiadores à esquerda do Partido Comunista Argentino. Os mais criticados na obra foram Rodolfo Puiggrós e Jorge A. Ramos.

Peña considerava toda a escrita histórica e política de Ramos como parte da *mitología histórica* argentina. A introdução de HdPA é intitulada como “Propósito: desmistificar a história argentina” (PEÑA, 2012, p. 35). Esse desmistificar tem como sinonímia a crítica das “falsidades e mitos” “pseudomarxistas, pseudonacionais” (IBIDEM). Dessa forma, o texto de Peña, desde seu início, aparece mais como uma crítica histórica do que uma narrativa histórica: sua narrativa está subordinada à crítica a determinadas concepções da história argentina.

A primeira crítica a Ramos, em relação a ideia da unidade latino-americana, é a consideração de que “o mundo colonial americano não formava uma nação” (IBIDEM, p. 109). Nesse sentido, Peña diferencia a constituição de uma “entidade política” a América Espanhola de uma “nação”. Criticando a afirmação de Ramos de que a independência da Espanha desarticulou “em vinte repúblicas impotentes a grande nação latino-americana” (RAMOS, JORGE, 1949, p. 9), Peña afirmou:

Impossible es, desde luego, desarticular lo que nunca estuvo articulado, y nadie puede decir con seriedad que la América colonial fuera una “gran nación latino-americana”, porque eso equivaldría a afirmar que India y Norteamérica eran una misma nación por pertenecer ambas a la Corona británica. Las colonias americanas de España tenían en común eso: ser colonias de la misma monarquía y poseer un idioma y una religión comunes. Pero no existía unidad económica – base sustancial de la nación, sin la cual el idioma y otros elementos subjetivos son impotentes – y ni siquiera unidad administrativa (PEÑA, 2012, p. 109)

Retomando os argumentos de Juan Alberdi, liberal argentino do século XIX, Peña afirma que devido a extensão do território e a variedade (geográfica e econômica), era impossível a Espanha fundar uma só nação nas colônias (IBIDEM). Um dos motivos principais disso é o raquitismo estrutural da Espanha, o atraso nacional do império espanhol (IBIDEM, p. 51). Em razão desse atraso, o país era apenas um intermediário das grandes potências da época, como França e Inglaterra.

Assim como Ramos, Peña considera que existiam forças centrífugas na região da América Latina que não se propunham a realizar a unidade latino-americana. Antes da instauração do vice-reino do Rio da Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai com partes dos atuais Brasil, Peru e Chile) existiam dois setores economicamente dominantes: uma oligarquia latifundiária baseada no trabalho agrícola e na indústria doméstica com pequena produção para o país e uma oligarquia comercial e agrária baseada em Buenos Aires e especializada no comércio exterior com a Espanha e a Inglaterra (mesmo antes da quebra do monopólio colonial). Com a imposição espanhola de Buenos Aires como



capital do vice-reino, em 1776, houve um fortalecimento dessa oligarquia comercial e agrária e um enfraquecimento da “oligarquia do Interior” (IBIDEM, p. 110-111). O predomínio dos interesses portuários fez com que no processo de independência houvesse a hegemonia dos interesses da oligarquia de Buenos Aires sobre o resto da nação. Assim, ao contrário de apontar para a unidade nacional e/ou latino-americana, a independência da região do Rio da Prata apontou para a dependência comercial da Europa dirigida pelos interesses da oligarquia comercial portenha. Apesar de não aprofundar essa análise em outras regiões, em diversos momentos, Peña reproduz a mesma ideia para compreender a independência dos outros países.

Outra crítica de Milcíades Peña se refere ao “mito da balcanização latino-americana”. Como vimos, Ramos considera a balcanização como processo principal da fragmentação da América Latina. Considerando que nunca houve uma unidade nacional, Peña afirma a impossibilidade de pensar num processo de balcanização. Para isso, Peña retoma textualmente autores como Mariano Moreno e Simón Bolívar para afirmar que o que esses autores propuseram foram uma unidade e integração dos países latino-americanos, mas nunca a formação de um só país (como sugere o texto de Ramos). Certamente, nem Bolívar, nem San Martín tinham como plano 20 repúblicas. É aqui que os projetos pensados como possíveis por estes generais da independência, envolviam a criação de grandes países governados por monarquias. Para Peña, a ideia da monarquia nos países independentes não era “reacionária em si”, já que ele considera que parte do absolutismo europeu tinha sido progressivo no processo de fundação dos Estados nacionais. Esse papel poderia ter sido cumprido na América Latina (IBIDEM, p. 113). Mas mesmo essas ideias monárquicas não vingaram, pois as forças centrífugas (o poder das oligarquias intermediárias) eram demasiadamente poderosas, além de que o poder e os interesses da Inglaterra na região também apontavam para o sentido contrário.

É neste sentido que Peña polemiza com a ideia de Ramos de que a “economia e a história” sugeriam a unidade da região. Ao contrário das ex-colônias britânicas, Peña considerava que “tanto a história como a economia latino-americana (...) não impulsionavam até a unidade, mas sim a dispersão” (IBIDEM, p. 114). É neste sentido, que o autor recupera novamente as afirmações de Alberdi: “Cada república da América tem maior uniformidade com Europa que com as outras repúblicas do mesmo solo (...). Cada Estado da América do Sul pode dispensar-se dos outros, mas não da Europa” (ALBERDI apud PEÑA, 2012, p. 114).

Existia uma diferença muito grande entre o processo de colonização e de independência das colônias inglesas e o das colônias espanholas. De acordo com Peña, o objetivo da colonização inglesa, francesa, espanhola ou portuguesa foi o mesmo: a obtenção de metais preciosos ou matérias primas de fácil acesso para o desenvolvimento das metrópoles. Em polêmica com Puiggrós, Peña afirmou que a diferença entre a colonização do norte dos Estados Unidos com a colonização do sul dos EUA e da América Espanhola é decorrência central do “meio ambiente” e não do objetivo da colonização, nem dos “germens” ou da “herança social” dos colonizadores puritanos comparados aos colonizadores “católicos” (PEÑA, 2012, p. 74). A riqueza natural do “meio ambiente” é entendida como uma combinação entre os *meios de vida* (fecundidade do solo, condições para criação do gado, pesca, etc.) e a riqueza natural dos *meios de trabalho* (desnível dos rios, possibilidade de navegação, disponibilidade de madeiras, metais, carvões, etc.).

A colonização ocorrida entre o encontro dos imigrantes com meios de vida e trabalho tão diferentes gerou na América Latina e no sul dos EUA um sistema de exploração colonial em grande escala, baseado no trabalho servil, escravo ou proletário com destino ao mercado mundial. Já no norte dos EUA, “proliferou uma classe de pequenos agricultores que empregavam principalmente o trabalho familiar, acompanhados pelo

inevitável ajudante da pequena agricultura, isto é, a indústria artesanal” (IBIDEM, p. 75). Essa combinação da pequena agricultura e da indústria artesanal foi a base do desenvolvimento do mercado interno norte-americano.

No processo de independência dos EUA, a existência dessa economia de pequenos produtores com uma indústria artesanal desenvolvida, impulsionou a tendência para a unidade entre os novos estados independentes – tendência que se consolidou somente após a Guerra Civil (1861-1865).

Já no processo latino-americano, dado o processo de colonização e a sólida ligação entre as oligarquias locais e os interesses econômicos europeus, essa tendência a unificação era fraca, ainda que tenha se expressa, de maneira contraditória, nos projetos político-militares de Bolívar e San Martín. Peña deu o nome de “Estados Desunidos da América Latina” a essa tendência centrífuga que tem como base as oligarquias regionais e sua vinculação com a Europa.

Dois problemas se vinculam a essa análise – problemas estes parecidos aos dois que haviam sido levantados por Ugarte. O primeiro é que ao passar de uma “unidade fictícia para a desunião real” (IBIDEM, p. 115), o estabelecimento de mais fronteiras entre os países levantou travas formidáveis para o seu desenvolvimento, limitando a tendência para uma industrialização genuína. O segundo problema está na vinculação entre o processo de independência política e o processo de dependência econômica:

Lo que la independencia logró fue favorecer el desarrollo de la América española en la única forma en que su sociedad podía evolucionar con los elementos que contenía: como apéndice económico de Europa, abastecedor y consumidor de la industria inglesa. De la dependencia política de España se pasó a la dependencia económica de Inglaterra (IBIDEM, p. 116)

Nesse sentido, diversas afirmações defendidas por Ramos foram criticadas por Peña. Por exemplo, a ideia de que a independência foi prematura pois acabou com qualquer desenvolvimento autônomo da economia das colônias (RAMOS, JORGE, 1949, p. 8) é considerada absurda por Peña. Por seu atraso econômico e pelo momento do desenvolvimento das relações econômicas mundiais, Espanha já não tinha mais nada a oferecer a sociedade americana (PEÑA, 2012, p. 116). O domínio espanhol, na verdade, era um verdadeiro entrave para o desenvolvimento nacional das colônias. Em outra parte, Peña criticou a ideia de Ramos de que com a independência “a verdadeira colônia começava” (RAMOS, JORGE, 1949, p. 66), pois “a colônia espanhola era tão verdadeira como a que impôs depois o capitalismo europeu”, sendo a tragédia da América do Sul a (quase) ausência dos elementos de desenvolvimento interior da nação, já que os interesses predominantes “se orientavam para a exportação e eram essencialmente portuários” (PEÑA, 2012, p. 116).

O último elemento da crítica de Peña a Ramos estava na compreensão da força da indústria artesanal do Interior. Como vimos, Ramos considera que na luta pela independência se expressaram duas tendências, uma nacionalista e protecionista e outra livre-cambista e antinacional. A partir dessa compreensão, Ramos afirma que as indústrias do interior da Argentina eram “o germe do capitalismo nascente” e que essa oligarquia do interior apontava para a criação de “um estado histórico e economicamente nacional” (RAMOS, JORGE, 1949, p. 68). Peña critica essa visão ingênua do processo, localizando que essa era a tragédia de independência argentina e também da América Latina, pois para essa tarefa de criação de um Estado nacional

No existían clases capaces de realizar esta tarea, y ahí estuvo la tragedia, en el sentido hegeliano del término. El Interior, con su retrasada industria artesanal, era la nación estancada, la nación sin progreso moderno, sin acumulación de capital. Buenos Aires era la acumulación capitalista, el progreso, pero a espaldas e incluso contra la nación. Unos intereses tendían hacia la nación sin

progreso, otros hacia el progreso sin nación. Hacia cualquier lado que se inclinara la balanza, el resultado iba a ser supeditar el país a la gran potencia capitalista de entonces. (PEÑA, 2012, p. 118)

A crítica de Peña a Ramos não se restringiu à HdPA. Em diversos outros artigos ele realizou polêmicas sobre temas variados. Em relação a unidade latino-americana, Peña ainda fez uma crítica a apreciação política que Ramos fazia da luta por esta integração. Como vimos, Ramos defendia que os sujeitos sociais da luta pela unidade latino-americana eram a burguesia industrial em aliança com o proletariado. Essa aliança se expressava na formação e na defesa de governos nacionalistas como o de Perón.

Peña realizou três tipos de críticas políticas a essa concepção de Ramos. A primeira se relaciona a explicar o conteúdo do nacionalismo de Perón. Para Peña, Perón foi um anti-imperialista à metade, pois combatia a política de ingerência dos EUA, mas era submisso a política imperialista inglesa (IBIDEM, p. 481). Nesse sentido, Peña classificou o peronismo como um governo do “como se”: “um governo conservador que aparecia *como se* fosse revolucionário; uma política de estancamento que fazia *como se* fosse a industrializar o país; uma política de essencial submissão ao capital estrangeiro que se apresentava *como se* fosse tornar independente a nação” (IBIDEM, nota, p. 495).

A segunda crítica está relacionada ao problema da industrialização. Ao contrário do que a maior parte dos economistas peronistas ou liberais afirmavam, Peña procurou demonstrar que o governo peronista não foi representante da burguesia industrial argentina. Para ele, o peronismo era um governo bonapartista que oscilava sua base social entre a burguesia imperialista inglesa, setores da burguesia nacional e do proletariado, tendo como base política as instituições do Exército, da polícia nacional, da Igreja e do Partido Peronista (IBIDEM, p. 497). Uma das características do bonapartismo peronista era que “não representava nenhuma classe, grupo de classe ou imperialismo, mas extraía sua força dos conflitos entre as diversas classes e imperialismo” (IBIDEM, p. 482). Pelos conflitos com o imperialismo estadunidense, Peña considerava que a burguesia industrial argentina era o setor social mais “anti-peronista”, visto que a maior parte do capital investido na indústria nacional era estadunidense (IBIDEM, p. 488).

Em relação a burguesia industrial a apreciação de cada um dos autores era totalmente divergente. Como vimos, Ramos considerava a burguesia industrial como o setor chave da política nacionalista com vistas a integrar a América Latina. Peña afirmava que a burguesia industrial jamais poderia cumprir esse papel. Criticando a “como Puiggrós e Ramos inventam um nacionalismo revolucionário para os industriais crioulos”, Peña afirmou que:

La burguesía industrial argentina ha nacido estrechamente ligada a los terratenientes, como diferenciación en su seno. Ambos sectores, industrial y terrateniente, se entrelazan continuamente, borrando los imprecisos límites que los separan, mediante la capitalización de la renta agraria y la territorialización de la ganancia industrial, que convierte a los terratenientes en industriales y a los industriales en terratenientes. (IDEM, 1986, p. 194).

O grande problema da burguesia industrial e dos latifundiários argentinos é que seu capital se beneficiava do atraso do país, isto é, as raízes do superlucro dessas burguesias era justamente a manutenção do latifúndio, o baixo capital técnico nas indústrias, a baixa remuneração da mão-de-obra, a infraestrutura deficitária das cidades e dos meios de transporte, etc. (IBIDEM, p. 69). Nesse sentido, não havia setor da burguesia interessado no desenvolvimento autônomo da nação, nem na ruptura da submissão ao imperialismo.

A terceira crítica está relacionada ao efeito semântico produzido por Ramos na afirmação “América Latina, um país”. Para Peña, Ramos afirma uma unidade nacional fictícia, já que para ela as condições “históricas e econômicas” já estão dadas. Nesse

sentido, Ramos abstrairia as condições sociais e políticas da unidade latino-americana e se aproximava de uma concepção histórica na qual a divisão da América Latina se apresenta como artificial. A consequência política dessa narrativa histórica é justamente uma afirmação positivista da existência do país e um chamado a luta por essa concepção. O problema é que essa abstração das condições sociais e políticas tem efeitos políticos definidos:

*primero*, ocultar el carácter necesariamente socialista de las bases sobre las cuales se asentará la unidad de América Latina, despertando y fomentando así la ilusión fatal de que esa unidad es posible y probable como unidad de naciones capitalistas; *segundo*, ocultar que la unidad de América Latina, admitiendo por un instante que fuera posible sobre bases capitalistas, resultaría en sí misma incapaz de superar el atraso del continente, pues esta superación requiere la planificación socialista de la economía, condición *sine qua non* para elevar el rendimiento del trabajo. La unión de veinte países capitalistas atrasados haría simplemente un país atrasado de dimensión continental. (IDEM, 1974, p. 172)

Peña considerava que sem a ruptura com o imperialismo não seria possível superar o atraso nacional. Esse atraso se concretizava no baixo rendimento do trabalho, na industrialização dependente, na dependência financeira dos países imperialistas e também na subordinação política aos tratados e organizações imperialistas.

Para Peña, a bandeira da unidade latino-americana foi formulada, em sua forma moderna, pela primeira vez por León Trotsky<sup>9</sup>. Nessa formulação, se combinava dois processos revolucionários: o primeiro estava vinculado a luta anti-imperialista contra as novas metrópoles, enquanto o segundo processo era a libertação das forças produtivas das fronteiras nacionais e estava voltado contra a burguesia nacional (IBIDEM). Nesse sentido, Peña admite que com o advento do imperialismo, as revoluções nacionais transformam seu caráter: se até o século XIX, elas adquiriam o sentido de edificação de um Estado e um mercado interno nacional, no século XX, o caráter era a implosão das fronteiras nacionais para o pleno desenvolvimento das forças produtivas. Daí seu caráter socialista.

Entre as tarefas da revolução nacional estavam a luta pela soberania do país frente ao imperialismo e a luta pela transformação das relações agrárias:

Las burguesías latinoamericanas y su socio mayor imperialista usufructúan del atraso del campo, del cual extraen interesantes superganancias. Pero sin un vigoroso florecimiento agrario en base a la expropiación de los terratenientes y la entrega de la tierra al campesino (chacarero arrendatario o peón en la Argentina, semi-siervo en Perú, etc.) es absurdo pensar en el progreso económico de América Latina (IDEM, 1957, p. 20)

Considerando que nenhum setor burguês da América Latina tinha interesses em transformar as condições que estruturavam a dependência na região, Peña afirmou que para o projeto de unidade latino-americana avançar, ele deve ir contra os interesses da burguesia imperialistas e latino-americana (IBIDEM, p. 20). “Ao imperialismo não lhes convém que os atuais 20 débeis países se convertam numa poderosa federação”, da mesma forma que para as “burguesias “nacionais” não lhes convém suprimir as barreiras alfandegárias e os controles de câmbio cuja a sombra se enriquecem e que desapareceriam com a unidade da América Latina” (IBIDEM, p. 20-21).

---

<sup>9</sup> Trotsky expressou diversas vezes como relação necessária a luta pela independência nacional combinada a luta pelos Estados Unidos da América Latina – uma espécie de federação dos Estados Socialistas da região (TROTSKY, 2007, p. 131). Nesse sentido, a tomada do poder pela classe operária era um requisito prévio da luta pela unidade latino-americana.

A saída para a unidade latino-americana é a luta por um governo dos trabalhadores, peões e pequenos agricultores<sup>10</sup> (IBIDEM). Um governo desses setores teria que cumprir com as tarefas de expropriação da propriedade agrícola e industrial dos imperialistas e grandes latifundiários e com o início da planificação da economia com vistas a superar a dependência, o atraso e a começar a construção da unidade latino-americana. Essa unidade não surgirá de uma vez, mas como parte de um processo que terá seu início em um país para depois se expandir para os outros (IDEM, 1974, p. 171).

### **Considerações finais**

Como disse o cubano José Martí, a unidade latino-americana é uma longa marcha. Marcha que passou por altos e baixos nos dois últimos séculos. O entendimento desta marcha é diferente em cada autor, pois ele estrutura/está estruturado em concepções divergentes sobre a economia, a história e o papel das forças sociais na/da região.

Um dos pontos fortes da estruturação dessas racionalidades passou na compreensão do processo revolucionário cubano e da sua localização na unidade latino-americana. Ramos criticou, por exemplo, a ideia do “socialismo insular” de Fidel, uma fórmula que seria parecida com a de um “socialismo em uma só ilha”. Nesse sentido, justificou a subordinação do Estado operário cubano à URSS em razão da ausência de uma “Nação de Repúblicas” latino-americanas (RAMOS, JORGE, 2011, p. 445). Para ele, a formação da América Latina enquanto uma nação era mais importante para o futuro da região do que a formação de um Estado não capitalista na região. Dentro da sua concepção, a hierarquia dava-se pela unidade do país América Latina.

Para Peña, o contrário era verdadeiro. A formação de um Estado operário na região tornaria concreta a necessidade da unidade da América Latina, como um primeiro passo para os Estados Unidos da América Latina. É por isso, que Peña apoia a revolução cubana e suas transformações socialistas, ainda que critique a direção cubana e sua subordinação à URSS. Além disso, Peña afirmou que um dos grandes méritos ideológicos da direção cubana era “a perfeita compreensão de que o destino da Revolução Cubana está indissolúvelmente ligado ao destino das massas trabalhadoras latino-americanas, resumida na bandeira de levar Sierra Maestra aos Andes” (IDEM, 1963, p. 30). Dessa forma, o destino da revolução socialista nacional está vinculado diretamente ao destino da “nossa América”.

Nem um dos dois foram entusiastas do método guerrilheiro, realizando críticas ao mesmo. Mas essa diferenciação entre a hierarquia e a combinação entre a revolução nacional e a unidade continental permaneceram como um grande diferencial do pensamento dos dois. De um lado, Peña defendeu até o fim da sua vida a necessidade de uma revolução socialista conduzida pelos trabalhadores e camponeses como maneira de iniciar a unidade latino-americana, enquanto Ramos acabou subordinando-se ao peronismo, com a integração de seu movimento no *Partido Justicialista* e o apoio ao presidente Carlos Menem (1989-1999). Além disso, Ramos trabalhou na área cultura do Mercosul, afinal, o projeto de um Mercado Comum do Sul dirigido pelas burguesias industriais de cada país era um bom ponto de partida para a unidade regional e também totalmente coerente com sua tese de que a unidade latino-americana é a principal tarefa para o desenvolvimento nacional.

---

<sup>10</sup> Decidimos traduzir a palavra “chacarero”, que se refere ao proprietário de uma chácara ou granja, utilizada por Peña por pequeno agricultor.

## Bibliografía

- ACHA, Omar. *Rodolfo José Puiggrós ante la condición humana. Ensayistas - Teoría, crítica e historia*. Disponível em: <<http://www.ensayistas.org/critica/generales/C-H/argentina/puiggros.htm>>, 2005. Acesso em: 23 jun. 2015.
- BIANCHI, Álvaro. Para uma história política do pensamento político: anotações preliminares. 2014. *GPMPP Working Papers*. Campinas: GPMPP, 2014.
- BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. 3. ed. Caracas: Ayacucho, 2009.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora (Org.). *Historia de la historiografía de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. D.F. México: Era, 1981.
- LAFIT, Facundo. La Revolución de Mayo y los intelectuales del “Pensamiento Nacional”. *Revista Pilquen*, n. 14, p. 1–8, jun. 2011. Acesso em: 23 jun. 2015.
- MICHELENA, Carmen. *Luces revolucionarias - De la rebelión de Madrid (1795) a la rebelión de La Guaira (1797)*. Madri: Celarg, 2012.
- PEÑA, Milcíades. *Historia del Pueblo Argentino*. 1. ed. Buenos Aires: Emecé, 2012.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *América Latina: un país*. Buenos Aires: Octubre, 1949.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latinoamericana*. Buenos Aires: Continente, 2011.
- RAMOS, Victor. Prólogo. *Revolución y contra-revolución en la Argentina - Las masas y las lanzas*. 2ª. ed. Buenos Aires: Senado de la nación, 2006. p. 13–14.
- ROMERO, José (Org.). *El pensamiento político de la Emancipación (1790-1825)*. Caracas: Ayacucho, 1985. v. 1.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, p. 9–22, 1995.
- TARCUS, Horacio. *El marxismo olvidado en la Argentina: Silvio Frondizi y Milcíades Peña*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1996.
- TROTSKY, León. *Escritos Latinoamericanos*. 3ª. ed. Buenos Aires: IPS, 2007.
- UGARTE, Manuel. *La nación latinoamericana*. Caracas: Ayacucho, 1987.
- VITALE, Luis. *Historia Social Comparada de los pueblos de América Latina - Independencia y formación social republicana. Siglo XIX*. Santiago: CEME, s/d., v. 2.
- VITALE, Luis. *La larga marcha por la unidad y la identidad Latinoamericana: De Bolívar al Che Guevara*. Santiago: CEME, 2001.

# Narodnikis nos Andes? O mal-entendido do populismo no marxismo latino-americano<sup>11</sup>

André Kaysel Velasco e Cruz

andrekaysel@gmail.com

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

## Apresentação

O objetivo deste trabalho é o de traçar as origens do uso do termo “populismo” no vocabulário político do marxismo na América Latina. Parto da hipótese de que alguns dos usos hoje correntes do vocábulo nessa tradição intelectual podem ser remetidos a três controvérsias ideológicas, travadas no interior da esquerda latinoamericana no final dos anos 1920, mais precisamente entre 1928-1929: a controvérsia entre o cubano Julio Antonio Mella e o peruano Victor Raúl Haya de La Torre, a polêmica entre este último e seu compatriota Jose Carlos Mariátegui, e o debate entre este e a Internacional Comunista (IC). Ao examinar as três polêmicas, procurarei demonstrar como uma categoria, forjada no debate entre os revolucionários russos de fins do século XIX, foi transportada para o contexto político-intelectual do subcontinente pela IC para estigmatizar alternativas políticas e/ou ideológicas heterodoxas. Para tanto, retomarei, à luz da bibliografia especializada, alguns textos de Lênin dedicados ao tema do populismo, para apontar como o líder bolchevique já promovera modificações no significado original do termo na Rússia, conferindo-lhe um viés claramente pejorativo e ampliando seu escopo de abrangência, deslocamentos esses que foram ampliados por Mella e pela IC ao transportar a categoria para um contexto tão distante de suas origens. Ao longo do artigo, discutirei as raízes russas da categoria e como ela foi empregada nos debates latino-americanos acima mencionados. Por fim, na conclusão, procurarei apontar como a ampliação geográfica do uso do vocábulo sugere problemas comuns às *intelligentsias* de sociedades periféricas e às dificuldades que a noção de populismo criou para os marxistas latino-americanos.

## 1. As peregrinações do populismo

Ainda que o “populismo” não ocupe um lugar de destaque no arsenal de categorias do marxismo, o que também não ocorre em nenhuma outra grande tradição da teoria política moderna, o marxismo tem uma grande importância para a história deste vocábulo cujo uso é tão abundante no debate político. Afinal, uma das primeiras acepções modernas do termo “populismo” foi aquela cunhada pelos marxistas russos do final do século XIX para designar correntes de revolucionários autóctones que os antecederam e das quais eles próprios provinham<sup>12</sup>. Os termos *narodnichetsvo* e *narodnik* provêm da

---

<sup>11</sup> Trabalho apresentado ao VIII. Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica, Lima, 22 a 24 de Julho de 2015

<sup>12</sup> Como lembra Berlin (1960), Plekhanov e Axelrod, em geral tidos como os mais importantes dentre os primeiros marxistas russos, eram oriundos do movimento populista mais amplo, nos termos de Venturi, e eram críticos deste movimento, em especial de sua ala “terrorista”, a qual havia sido esmagada pela onda repressiva que se seguiu ao assassinato do Czar Alexandre II em 1881.

palavra russa *narod* que pode significar tanto “povo” como “nação”. Segundo o historiador italiano Franco Venturi (1960, p. XXXIII), o termo *narodnitchetsvo*, traduzido pelo autor como “populismo”, ainda que tivesse se originado apenas na década de 1870, poderia designar os diversos grupos de revolucionários socialistas russos que, entre as décadas de 1840 e 1880, inspirados por fontes variadas como Rousseau, Saint-Simon, Fourier e Proudhon, defendiam formas de socialismo agrário baseadas na comuna camponesa russa (a *obstchina*), que possibilitassem à Rússia uma via própria para a modernidade que não tivesse que passar pelas agruras do desenvolvimento do capitalismo industrial do ocidente. Para o historiador norteamericano Alisson Blakely, em que pese suas importantes divergências estratégicas, os “populistas” russos convergiam nos seguintes pontos: protagonismo de uma *intelligentsia* crítica comprometida com o “povo”; camponeses e trabalhadores como força social revolucionária e a ideia de que uma sociedade atrasada como a russa poderia passar diretamente ao socialismo (Blakely, 1982, p. 157).

O historiador anglo-polonês Richard Pipes, contudo, prefere restringir o uso do termo “populismo” e do adjetivo “populista” apenas aos adeptos de uma facção revolucionária – a *Zemlia i Volia*, ou “Terra e Liberdade” – que passaram a utilizar o termo *narodnitchetsvo*, cunhado por volta de 1878, para a defesa de um programa revolucionário específico em que os intelectuais, ao invés de doutrinar os camponeses, deveriam aprender com eles, sendo que a revolução, ao invés de basear-se em ideias abstratas, partiria das demandas populares imediatas (Pipes, 1964, p. 443), de modo que o termo poderia então ser considerado como sinônimo de “popular”, ou mesmo de “democrático” (*Idem*, p. 449). Portanto, teria sido somente por volta de 1892-1894 que os socialdemocratas russos, envolvidos em uma polêmica com correntes socialistas rivais em torno dos rumos do capitalismo russo, passaram a designar todos os defensores da tese de que a Rússia poderia passar diretamente ao socialismo, e não apenas os membros do *Zemlia i Volia*, como sendo adeptos do *narodnitchetsvo*, rotulando-os como *narodnikis*, classificação que foi veementemente rejeitada por seus interlocutores (*Idem*, pp. 452-454). Desse modo, o conceito já teria nascido com claro viés pejorativo e alheio à autoimagem dos atores.

Por fim, o historiador polonês Andrezej Walicki (1969) procura distinguir entre duas acepções do termo: o “populismo clássico”, o qual se localizaria na segunda metade da década de 1870 e se restringiria, como indicado por Pipes, aos simpatizantes da *Zemlia i Volia*, e o populismo como “visão de mundo”. Este último se referiria à uma longa tradição de pensamento, nucleada em torno da valorização da *obstchina* como fundamento de um socialismo russo, a qual iria, como sugerido por Venturi (1960), da obra do intelectual revolucionário Alexander Herzen na década de 1840, considerado como o “pai do populismo”, às ações terroristas da *Narodnaya Volia* (“Vontade do Povo”) na década de 1880, ou, como apontado por Blakely (1982), mais além ainda, alcançando o período pré-1917 tendo em vista a atuação dos Socialistas Revolucionários.

Ainda que o pioneirismo do uso do termo de forma pejorativa como arma no embate político tenha cabido, segundo Pipes (1974), ao “marxista legal” Piótre Struv, foi Vladimir Lênin quem mais teria contribuído para sua difusão. É conhecida a crítica que o revolucionário russo fez da visão de autores como Vorontsov e Danielson, segundo os quais o capitalismo na Rússia seria, na época, incipiente e artificial, denominando-os como “populistas” (Lênin, 1982). Em outra obra, na qual procurava distinguir o “populismo” do que seria a tradição democrática russa mais ampla, Lênin apresenta os elementos que constituiriam uma visão de mundo “populista”: a ideia de que o desenvolvimento capitalista, ao destruir a pequena propriedade urbana e rural, seria uma forma de “decadência” ou “regressão”; a defesa do caráter “original” das relações de



produção camponesas autóctones e da possibilidade de utilizá-las para saltar para o socialismo, sem passar pelo capitalismo e, por fim, o desconhecimento da dependência dos intelectuais, das instituições jurídicas e políticas em relação às classes e às relações de produção (*Idem*, 1986, p. 63).

Mas Lênin não empregou apenas a categoria, assim definida, para se referir ao contexto político de seu próprio país. Em 1912, em um comentário a um artigo de Sun Yat-Sem – o qual havia se tornado Presidente da República recém-instaurada na China em 1911 – o marxista russo aponta o que seriam coincidências entre o programa agrário defendido pelo líder do Partido Nacionalista Chinês (“Kuomintang”) e o dos narodniks russos (Lênin, 1975). Para Lênin, haveria no pensamento do novo presidente da China uma contradição entre uma fundamentação teórica reacionária – a ideia de que seu país poderia evitar o capitalismo, passando a uma espécie de socialismo agrário – e um programa de nacionalização da terra que, na prática, promoveria o desenvolvimento do capitalismo chinês (*Idem*, *Ibidem*).

Desse modo, o termo “populismo”, que, no contexto russo, já havia sofrido uma ampliação de seu sentido original restrito aos anos 1870, sofre uma nova expansão geográfica, sendo aplicado a um contexto nacional bem distinto, o qual compartilharia com a Rússia, segundo Lênin, uma situação de “atraso” e “despotismo” asiáticos. Foi justamente a partir da aceção cunhada e difundida por Lênin que o termo fez sua estreia entre os marxistas latino-americanos. Um dos primeiros textos a empregar o termo na região - não apenas no âmbito do marxismo, mas, talvez, do pensamento político latino-americano de modo geral - foi, provavelmente, o panfleto “*Que és el ARPA*” do jovem militante cubano Julio Antonio Mella, publicado em 1928 na Cidade do México, com o intuito de atacar as concepções sobre o anti-imperialismo e a revolução latino-americana do peruano Victor Raúl Haya de La Torre e dos apristas<sup>13</sup>. O mesmo arsenal seria, no ano seguinte, empregado pela IC contra Haya por seu compatriota José Carlos Mariátegui<sup>14</sup>, porém, curiosamente, o próprio Mariátegui viria a ser postumamente rotulado da mesma maneira pelo soviético V. M. Miroshevsky (1978).

Como se verá nas sessões seguintes, o uso inicial do termo nos primeiros debates do comunismo latino-americano – de maneira coerente com a raiz russa discutida acima - designava algo preciso: uma cultura política anticapitalista de fundo romântico que supostamente rejeitaria a modernidade em nome de um retorno a tradições rurais e autóctones. Tal imaginário seria associado à uma posição de classe pequeno-burguesa que negaria a luta de classes, dissolvendo-a na categoria “mistificadora de “povo””.

## 2. Julio Antonio Mella e Haya de La Torre

Tanto Victor Raúl Haya de La Torre, como Julio Antonio Mella iniciaram suas carreiras políticas como dirigentes estudantis no bojo do movimento continental pela

---

<sup>13</sup> O texto mais antigo em espanhol encontrado por mim que utiliza o termo é um artigo de José Carlos Mariátegui de 1923 sobre política alemã que traduz o nome do *Volks Partie* como “Partido Populista”. O texto pode ser encontrado em (Mariátegui, 1991). Porém, o termo aqui é claramente sinônimo de “popular” tendo uma aceção mais neutra do que aquela empregada por Mella. Assim, considero ser legítimo considerar o cubano como pioneiro na cunhagem do sentido que o termo iria ganhar entre os marxistas.

<sup>14</sup> Ao contrário do panfleto de Mella, o Secretariado Sul-americano da IC não rotulou a APRA como “populista”. No seu informe à Ia. Conferência Comunista Latino-americana, ocorrida em Buenos Aires em 1929, o responsável pelo órgão, Vittorio Codovilla, agrupava os apristas – ao lado do radicalismo “yrigoyenista”, do “battlismo” uruguaio e do regime de Calles no México – sob o rótulo de “nacionalfascistas”, claro decalque do termo “social-fascistas”, então aplicado pelo *Comintern* à social-democracia europeia (Godio, 1983, p. 232).

reforma universitária, iniciado em Córdoba (Argentina) em 1918<sup>15</sup>. A partir dessa posição lograram projetar-se em seus respectivos cenários políticos nacionais buscando uma aliança entre os estudantes e as classes trabalhadoras (Teixeira, 2001, p. 19) Em ambos os casos, tal aproximação teve como instrumento privilegiado a criação, por parte das respectivas federações estudantis, de universidades populares voltadas aos operários: no primeiro caso, as Universidades Populares “Manuel Gonzalez Prada” e, no segundo, as Universidades Populares “José Martí”, diretamente inspiradas no exemplo peruano (*Idem*, p. 30 e 48).

Após ter sido preso por conta de seu protagonismo nas manifestações de 23 de maio de 1923 contra o governo ditatorial de Augusto B. Leguía, Haya de La Torre foi deportado para o Panamá, de onde seguiu para Cuba, onde já era conhecido por sua militância política. Lá o recebeu Mella quem, não apenas acompanhou Haya durante sua estada, como escreveu um artigo de homenagem ao visitante peruano no número de novembro/dezembro de *La Juventud*, órgão da Federação dos Estudantes de Cuba (*Idem*, p. 49). Em seguida, Haya de La Torre iria para o México, onde Vasconcelos, então ministro da educação do presidente Alvaro Obregón, lhe oferecera um emprego como secretário.

Em 7 de maio de 1924, o ex-líder da Federação dos Estudantes do Peru, a partir de seu exílio no México, funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Inicialmente pensada como uma “frente única de trabalhadores intelectuais e manuais”, a APRA tinha como seu principal objetivo a união dos povos latino-americanos – ou “indo-americanos” – contra o imperialismo dos EUA e as elites locais que o apoiavam. Dois anos mais tarde, Haya de La Torre publicaria um panfleto intitulado “*Que És El APRA?*”, o qual esboçava um programa em torno dos seguintes pontos:

“1. Ação contra o imperialismo *yanquee*  
Pela unidade da América Latina  
Nacionalização de terras e indústrias;  
Internacionalização do Canal do Panamá;  
Solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo”  
(Haya de La Torre, 2008b, p. 70)<sup>16</sup>

Nesse mesmo período, a Internacional Comunista – confrontada com a derrota da onda revolucionária na Europa Central (1918-1923) – passara a observar com maior atenção o desenrolar dos acontecimentos na China e em menor extensão os inúmeros movimentos nacionalistas e anti-imperialistas que se passavam na periferia do capitalismo. Tomando a China como modelo paradigmático, a IC elaborou então uma estratégia para a luta anti-imperialista no “mundo colonial e semi-colonial” que defendia constituição de frentes anti-imperialistas em conjunto com setores nacionalistas burgueses e pequeno-burgueses (Slessinger, 1974, pp. 43-53). Ao mesmo tempo a Revolução Russa e a URSS atraíam as simpatias de muitos nacionalistas da periferia, seja

<sup>15</sup> Para uma discussão do impacto político do movimento da “Reforma Universitária”, juntamente com a reprodução de seus principais documentos, cf. (Portantiero, 1979).

<sup>16</sup> O manifesto de criação da APRA apareceu pela primeira vez em inglês, sob o título “*What is the APRA?*” na revista *Labour Monthly*, Vol. 8, no. 12, 1926. Dez anos mais tarde, o autor iria inclui-lo como primeiro capítulo de *El Antimperialismo y El APRA*, com o título “*Que és El APRA?*”. Aqui emprego a versão desta última obra, presente nas *Obras Escogidas de Victor Raúl Haya de La Torre*, editadas pelo Instituto Haya de La Torre pela primeira vez em 1995 e reeditadas em 2008.

por suas posições anticolonialistas, seja pelo esforço de industrialização de um país em grande medida ainda pré-capitalista (Godio, 1983, pp. 33-34), e um destes foi justamente Haya de La Torre, que esteve na URSS em 1924.

Da experiência soviética, Haya extrairia o modelo de industrialização a partir da planificação estatal e a concepção de partido leninista centralizado, os quais teriam grande impacto na posterior teorização do aprismo (Montesinos, 2000, p. 26)<sup>17</sup>. Todavia, o pensamento de Haya condicionava a incorporação do marxismo à afirmação da singularidade histórica da América Latina. Comentando uma troca de cartas com Losowsky, dirigente da Internacional Sindical Vermelha, acerca da especificidade da luta contra o imperialismo na América Latina, Haya expressou assim suas divergências com a ortodoxia:

“Reiterei-lhe minha convicção sincera de que não é possível dar desde a Europa receitas mágicas soluções para tais problemas, expressando-lhe que, assim como admirava o conhecimento que os dirigentes da nova Rússia tinham de seu país, anotava sua carência palmar de informação científica sobre a realidade da América.” (Haya de La Torre, 2008b, p. 81)

Esta passagem deixa claro que Haya não estava disposto a aceitar a direção política e intelectual da IC, a qual, por seu turno, dado seu caráter altamente verticalizado, concebia-se como única direção revolucionária possível. Já no manifesto de fundação da nova agremiação o líder peruano se preocupou em fazer a seguinte afirmação: “A APRA é um movimento autônomo latino-americano, sem nenhuma intervenção ou influência estrangeira. É o resultado de um espontâneo anelo de nossos povos para defender unidos sua liberdade, vencendo os inimigos de dentro e os de fora.” (*Idem*, p. 77)

As divergências potenciais entre apristas e comunistas foram mantidas em segundo plano até o Congresso Mundial Anti-imperialista de Bruxelas (realizado em fevereiro de 1927), quando os dois lados romperam abertamente suas relações políticas. A ruptura ocorrida em Bruxelas se deve ao fato de que Haya disputava com as Ligas Anti-Imperialistas (organizadas pelos comunistas) a liderança do movimento antiimperialista na América Latina. Isso o levou a reafirmar a APRA como organização continental “sem influência estrangeira” e a criticar os comunistas por aplicarem à região a linha política emanada da Europa (Montesinos, 2000, pp. 34-35). Isso fica claro no relato que o militante peruano fez do congresso:

“A influência e o controle do Partido Comunista resultaram inocultáveis naquela assembleia, que reuniu as mais ilustres figuras da esquerda mundial. Apesar da forte pressão comunista e do ambiente de fácil otimismo, frequente em tais assembleias, mantivemos nossa posição ideológica e o caráter da APRA como organismo político autônomo, tendente a constituir-se em partido.

(...) Nos debates, negamo-nos a ficar incluídos sob o comando da Liga AntiImperialista Mundial, que, sabíamos, era uma organização completamente controlada pela IIIa. Internacional, não no interesse da luta anti-imperialista, senão a serviço do comunismo” (Haya de La Torres, 2008b, pp. 82-83)

---

<sup>17</sup> Para além dessas influências, pode-se acrescentar que a IC forneceu a Haya, bem como a outros nacionalistas radicais latino-americanos, como o venezuelano Rómulo Betancourt, um vocabulário e um aparato conceitual com os quais pensar suas realidades sociais (Caballero, 1988, p. 25).

Por fim, o líder aprista conclui seu relato com o seguinte balanço:

“O Congresso de Bruxelas, que foi um efetivo passo adiante para a luta na Ásia e na África contra o imperialismo, resultou em um fracasso no que se refere à Indo-América. A delegação indo-americana foi dirigida por delegados comunistas. Bruxelas definiu, pois, a linha teórica aprista, e colocou bem nossas diferenças com o comunismo. Era de se esperar que, desde então, a APRA fosse o alvo de críticas acerbas. Para o comunismo, não pode existir outro partido de esquerda que não o oficial da IIIa. Internacional de Moscou. Toda organização que não comanda Moscou deve ser execrada e combatida” (*Idem*, pp.83-84)

Já Julio Antonio Mella foi, em 1925, um dos fundadores do Partido Comunista de Cuba. Forçado a se exilar pela ditadura de Gerardo Machado, o jovem se estabeleceu na Cidade do México. Em 1928, diante da ruptura entre os apristas e os comunistas, Mella publica em *El Machete*, órgão do Partido Comunista Mexicano, um panfleto contra Haya de La Torre, intitulado “Que és el ARPA?”<sup>18</sup>. O texto se inicia com uma dura crítica ao programa da APRA, para demonstrar seu caráter reformista. No que tange, por exemplo, à consigna de “nacionalização de terras e indústrias”, Mella afirma:

“‘Nacionalizar’ pode ser sinônimo de ‘socializar’, com a condição de que seja o proletariado que ocupe o poder por meio de uma revolução. Quando se diz ambas as coisas: ‘nacionalização’ e em mãos do proletariado e do novo Estado (proletário), se está falando marxistamente. Porém, se se diz a seco, ‘nacionalização’, se está falando com a linguagem de todos os reformistas e enganadores da classe operária. Toda a pequena-burguesia é favorável à nacionalização das indústrias que lhe fazem competição. Até os trabalhistas ingleses e os conservadores (seus aliados) discutem a nacionalização das minas.” (*Idem*, p. 85).

Desse modo, Mella acusa o programa formulado por Haya de La Torre de ser propositalmente ambíguo. Tal ambiguidade se explicaria pela base social à qual o autor pretendia apelar, a pequena-burguesia, como fica claro na seguinte passagem:

“(…) Como sempre, a fórmula é ambígua, obscura e suscetível de várias interpretações para acomodar a todos, e, em especial, aos pequeno-burgueses, os quais são chamados com uma série de nomes ambíguos: ‘produtores’, ‘classes médias’, ‘trabalhadores intelectuais’, etc. Estes pequenos-burgueses são a base do programa da ARPA e os sustentáculos de sua ideologia.” (*Idem*, p. 87)

Segundo Mella, para que a ideia defendida por Haya de La Torre do deslocamento do marxismo e, por conseguinte, dos PCs, em relação à América Latina estivesse correta, seria necessário provar que o subcontinente não experimentava o avanço das forças produtivas, das relações de exploração capitalistas e, por conseguinte, desconheceria a classe operária. “Porém”, dizia o militante cubano: “A América Latina não é um

---

<sup>18</sup> O título é uma evidente ironia com o título “*Que és el APRA?*”, do artigo-manifesto já citado de Haya de La Torre, publicado dois anos antes na Inglaterra.

continente de Júpiter, mas sim da Terra. É algo elementar para todos que se dizem marxistas (...) que a aplicação de seus princípios é universal, posto que a sociedade imperialista é universal” (*Idem*, p. 89)

Como se pode ver, aqui se exprime claramente o dilema citado logo de início, isto é: o da contradição entre uma teoria supostamente universal e uma realidade histórica que parece escapar ao seu escopo. Fica claro pelo trecho acima, que Mella simplesmente não reconhecia o problema, supondo que, apenas por se inserir na órbita do imperialismo, a América Latina não ofereceria quaisquer problemas à “aplicação” do materialismo histórico.

Nesse sentido, ganha centralidade a aproximação estabelecida pelo comunista cubano entre o ideário aprista e o dos *narodnikis*, ou “populistas” russos e os nacionalistas, chineses do kuomintang afirmando explicitamente que os três movimentos fariam parte de uma mesma família “populista”, da qual a APRA seria a representante latino-americana:

“É curioso ressaltar como as mesmas condições na América Latina criaram uma ideologia similar a criada na Rússia, da qual eram representativos os populistas, tão atacados por todo o socialismo marxista. A não existência de um forte e grande proletariado no Peru, de onde vem a ideologia da ARPA, leva os ‘arpistas’ a duvidar da existência do proletariado e subestimar seu valor, até não compreenderem que este está se formando diariamente e assumindo a hegemonia na luta contra o imperialismo e a reação nacional, representativa do anterior” (Mella, 1975, p. 95)

Mais adiante, o comunista cubano associa o suposto “populismo” dos apristas a seu indigenismo, o qual seria uma idealização romântica e reacionária do “primitivo”, análoga à idealização que os intelectuais russos do século XIX tinham em relação aos camponeses:

“Quando os arpistas nos falam do sistema autóctone do comunismo incaico, nos dão conferências para nos explicar com admiração o sistema primitivo, glorificando-o, e sonham com as grandes possibilidades de iniciar, logo, logo, a revolução proletária no Peru porque ali existe esse índio com suas comunas primitivas, estão aplicando o mesmo critério anticientífico e reacionário que os populistas russos aplicavam à Rússia. (...) Ninguém há de estranhar que estes senhores tenham adotado até um nome similar: ‘Vontade Popular’ se chamava a organização dos russos e a dos? ‘indo-americanos’, ‘Aliança Popular’. Eles veem essa metafísica política que é o termo “povo”; porém ignoram a realidade: classes, operários, camponeses, etc.” (*Idem*, p. 97)

Como já afirmei no início deste trabalho e discutirei com mais detalhe adiante, essa crítica é quase idêntica àquela que será feita à Mariátegui pelos soviéticos. É no mínimo irônico constatar que, ainda que o marxista peruano tenha empregado alguns argumentos semelhantes aos de Mella para criticar seu compatriota, a pecha de “populista” que o cubano atira a Haya também será usada pela IC contra Mariátegui. Esse fato joga luz sobre a singularidade da empreitada político-intelectual mariáteguiana, a qual discutirei na próxima sessão.

Assim como seu compatriota, o líder aprista também valorizava a comunidade agrária indígena e seu potencial futuro. Mais do que isso, Haya via a luta entre a

comunidade agrícola de origem pré-colombiana e o latifúndio oriundo da conquista, como o conflito central do conjunto de formações sociais andinas e do México:

“Uma luta profunda e secular entre as massas de população indígena contra seus opressores feudais encheu de episódios sangrentos a história destes povos, desde a conquista até nossos dias. Esta luta que subsiste e na qual a revolução camponesa mexicana inicia uma nova etapa, representa a profunda oposição entre as formas primitivas e tradicionais de repartição e propriedade da terra, contra o feudalismo europeu importado pelos espanhóis: o *ayllú*, a comunidade, o *callpulli*.” (Haya de La Torre, 2008b, pp. 199-200)

Retornando ao texto de Mella, além do recurso à categoria de “povo” e da idealização “romântica” do campesinato indígena, ambos associados ao caráter “pequeno-burguês” do aprismo, o autor cubano acrescenta ainda uma outra característica, especificamente latino-americana: o “caudilhismo”. Comentando a ruptura entre Haya e a IC, ocorrida no Congresso de Bruxelas, do qual o cubano também havia tomado parte, o autor afirma:

“Eis aqui a razão pela qual a ARPA não aceita a unidade mundial antiimperialista, porque não pertence ao Congresso de Bruxelas. (...) O mal do caudilhismo não desapareceu de nossa América ainda. Isto está claro quando se vê que a base social dos “novos libertadores” não é proletária, senão muito semelhante a dos velhos caudilhos.” (Mella, 1975, p. 107)

Como se vê, o personalismo de Haya de La Torre, bem como os traços ideológicos acima aludidos, são associados à base pequeno-burguesa de seu movimento. Desse modo, tem-se o conjunto que, décadas mais tarde, será batizado como “populismo” latino-americano: movimentos organizados em torno de líderes carismáticos, base social heterogênea e ideologia pequeno-burguesa. Esse quadro faz do panfleto de Mella o precursor da literatura marxista sobre o populismo na América Latina.

Em contraposição ao “populismo” caudilhisto e “pequeno-burguês” de seu interlocutor peruano, o comunista cubano opõe, como seria de se esperar, a alternativa da ortodoxia marxista, apoiada em uma base “classista”: “Finalmente, estamos com o leninismo, quer dizer, com o comunismo, porque o proletariado já seguiu este caminho e os fatos confirmam a necessidade de aplicar a doutrina comunista a cada um dos fenômenos sociais da América.” (, p. 100)

Haya de La Torre, por seu turno, formulava o problema da relação entre a teoria e a realidade de modo oposto, como se pode notar na seguinte citação:

“Já Engels escrevia em *O Anti-During*, quem quiser subordinar às mesmas leis a economia da ‘Terra do Fogo’ e a da Inglaterra atual, evidentemente não produziria lugares-comuns da maior vulgaridade, porque a economia política é, fundamentalmente, uma ciência histórica (...).” (Haya de La Torre, 2008b, p. 21)

Dessa maneira, o líder aprista enfatiza as distintas condições materiais que separariam a América Latina e a Europa, reivindicando uma aplicação criativa do materialismo histórico às condições locais.

Como bem sublinha Julio Godio, é preciso prestar atenção à resposta de Mella a Haya, pois nela se contém todo um estilo de argumentação sectário, que se tornaria característico da publicística comunista. Desprezando os argumentos de seu adversário, sem analisa-los internamente, Mella “enfrentava o policlassismo de hegemonia pequeno-burguesa com um classismo abstrato” (Godio, 1983, p. 125)

O problema nesse tipo de argumentação é que ela instaura uma polarização entre o “universal” e “abstrato” e o “particular” e o “concreto” que não permite nenhum tipo de síntese. Essa oposição estanque teve, como procuro argumentar, consequências políticas graves ao dificultar o enraizamento dos comunistas nas culturas políticas populares já existentes na região. Isso ficará mais claro a seguir, quando se examinará o principal esforço na direção contrária e seu malogro político.

### 3. Haya de La Torre, Mariátegui e a IC

A ruptura entre a APRA e a IC não levou, de modo imediato, a um confronto análogo entre Haya e Mariátegui. Pouco depois do enfrentamento ocorrido em Bruxelas, os representantes do *Comintern* vinham exortando Mariátegui a romper com Haya e a fundar um Partido Comunista no Peru.<sup>19</sup>

As razões para evitar, em 1927, a ruptura com a APRA, foram dadas a posteriori pelo próprio Mariátegui. Desde seu regresso da Europa, em 1923, este pretendia fundar um partido operário de orientação socialista (Mariátegui, 1995, p. 202). Todavia, sabia que o movimento operário e popular do Peru ainda estava em seus inícios: tendo feito sua primeira aparição mais importante nas greves e manifestações estudantis de 1918/1919. Nessas condições, Mariátegui viu na fundação da APRA a criação de uma frente única capaz de aglutinar os intelectuais radicais e os operários. Assim, o jornalista e militante peruano, coerentemente com essa linha política, não acreditava haver as condições para fundar, em seu país, um Partido Comunista que pudesse ter enraizamento social. A transformação, no ano seguinte, do movimento aprista de frente única em partido político obrigou-o a adiantar seus planos e fundar, com os membros do “Grupo de Lima”, isto é, o círculo de intelectuais e sindicalistas organizados em torno de *Amauta* e de seu editor, o Partido Socialista do Peru (*Idem*, p. 203).

O rompimento, realizado no primeiro semestre de 1928, por meio de uma troca de cartas entre ambos, foi publicamente confirmado no editorial do segundo aniversário de *Amauta*: “*Aniversário y Balance*”, publicado no no. 17, de setembro de 1928<sup>20</sup>. Vale a pena deter-se neste artigo pois ele explicita os elementos teóricos de fundo que nortearam a polêmica dos dois revolucionários peruanos. Tratava-se, para Mariátegui, de negar a tentativa de seu interlocutor de postular um caminho original para a revolução latino-americana, afirmando a inserção do subcontinente em um processo histórico universal, pautado pelo conflito entre capitalismo imperialista e socialismo: “A mesma palavra ‘revolução’, nesta América das pequenas revoluções, se presta bastante a equívocos. (...) Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A Revolução Latino-americana será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da Revolução Mundial. Será, simples e puramente, a Revolução Socialista” (Mariátegui, 1991a., p. 126).

---

<sup>19</sup> Na Conferência da Internacional Sindical Vermelha de fins de 1927 para a qual Mariátegui enviou Julio Portocarrero e Armando Bazán, o dirigente comunista Losowsky já exortava os delegados peruanos a romper com o A.P.R.A e fundar em seu país um Partido Comunista. Cf. (Quijano, 1991, p. 197).

<sup>20</sup> Para informações sobre a troca de correspondência entre Mariátegui, a célula aprista do México e Haya de La Torre que marcaram o rompimento entre os dois revolucionários, cf. (Quijano, 1991, pp. 122-123).

Para o autor, o socialismo “pressupunha e abarcava” todos os adjetivos que podiam ser adicionados à revolução: “nacional”, “agrarista” ou “anti-imperialista” (*Idem, Ibidem*). Assim, o socialismo aparecia como única possibilidade de emancipação para a América Latina, a qual chegara tardiamente à competição internacional, numa era de “monopólios e de impérios”. No capitalismo contemporâneo, portanto, a região “só poderia ter o papel de colônia”. “Esta civilização (a ocidental) conduz, com forças e meios dos quais nenhuma dispôs anteriormente, à universalidade. Nesta ordem mundial, a Indo-América pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares” (*Idem, p. 127*). Três anos antes da polêmica com Haya, em um texto de crítica ao pensador argentino Alfredo Palácios, Mariátegui já assumia essa linha de raciocínio ao afirmar que, ao invés de uma crise da cultura europeia ou ocidental, o que se vivia era uma crise do capitalismo, sendo a ordem emergente, o socialismo, também um produto do ocidente (*Idem, 1991b, p. 366*). Contudo, tomar parte no movimento histórico universal não excluiria fazê-lo a partir de características e linguagem próprias. Daí a insistência do autor no caráter “original” que deveria ter o socialismo na região: “O socialismo indo-americano não deverá ser decalque nem cópia, mas sim criação heroica” (*Idem, 1991a, p. 128*) Em seguida, o texto vincula essa originalidade, no caso peruano, ao potencial, para a futura organização de uma economia socialista no país, do *ayllú* e dos hábitos coletivistas dos índios do altiplano.

Se Haya de La Torre frisava o particularismo da realidade latino-americana para negar validade ao universalismo da teoria marxista, Mariátegui procura conciliar as pretensões universalizantes do método materialista com a particularidade da situação latino-americana. De um lado, o líder aprista – reivindicando a originalidade da realidade do subcontinente – afirmava a necessidade de um caminho próprio para a revolução na América Latina e, de outro, Mariátegui apontava a inserção da região no quadro do desenvolvimento histórico universal para defender, mesmo que reconhecendo especificidades, a vinculação entre a revolução latino-americana e a revolução socialista mundial.

Essa discrepância de fundo informa outras divergências entre os dois autores, como é o caso notório da problemática do imperialismo. Em “*Punto de Vista Antiimperialista*”, Mariátegui começa por propor uma diferenciação interna entre os chamados países “semicoloniais”. De um lado, haveria aqueles – representados na América Latina pela América Central e o Caribe - que vivenciam a intervenção política e militar direta do imperialismo e aonde, por conseguinte, a burguesia e a pequenaburguesia podem assumir uma postura nacionalista ou anti-imperialista. De outro, haveria países – como os da América do Sul - nos quais, em que pese o caráter semicolonial da economia, a burguesia se sente suficientemente dona do poder político para não se preocupar com a soberania nacional, associando-se ao capital estrangeiro sem reservas (Mariátegui, 1991d, p. 202). Em cada uma dessas configurações haveria uma relação diferente entre o anti-imperialismo, as classes sociais e o programa revolucionário:

“A formação de partidos de classe e poderosas organizações sindicais, com clara consciência classista, não se apresenta destinada nesses países, ao mesmo desenvolvimento imediato que na América do Sul. Em nossos países o fator classista é mais decisivo, está mais desenvolvido. Não a razão para recorrer à vagas fórmulas populistas, por trás das quais não podem deixar de prosperar tendências reacionárias. Atualmente, o aprismo, como propaganda, está circunscrito à América Central; na América do Sul, como consequência do desvio populista, caudilhista, pequeno-burguês, que o definia como



Kuomintang latino-americano, está em uma etapa de liquidação total.” (*Idem*, p. 206)

É interessante sublinhar como reaparece aqui o vocábulo “populista” para caracterizar as posições apristas, em chave muito semelhante àquela empregada por Mella. Assim como o militante cubano, Mariátegui também associa o “populismo” à “vagueza ideológica”, ao “caudilhismo” e à base social “pequeno-burguesa. Quanto à esta última, o autor peruano afirmava que não poderia ser o sustentáculo de uma política anti-imperialista consequente, o que seria ilustrado pela tendência do regime pós-revolucionário mexicano à conciliação com o imperialismo dos EUA (*Idem*, p. 205).

Tal leitura do desdobramento do processo político no México é fundamental pela importância que Haya de La Torre lhe atribuía. Ao lado do Kuomintang chinês, o regime revolucionário mexicano era o seu modelo para a revolução no subcontinente. Nas palavras do líder aprista: “A Revolução Mexicana – revolução social, não socialista – não representa o triunfo de uma só classe. (...) O partido vencedor, partido de espontânea frente única contra a tirania feudal e o imperialismo, domina em nome das classes que representa e que, em ordem histórica da consecução reivindicatória, são: a classe camponesa, a classe operária e a classe média” (Haya de La Torre, 2001, p. 51).

Quanto à pequena-burguesia e a aposta que o líder aprista fazia em seu potencial revolucionário, o marxista sustenta que seus interesses concretos não são necessariamente antagônicos aos do imperialismo. Ao contrário, com o crescimento da presença de empresas estrangeiras, as classes médias urbanas viam aumentar suas possibilidades de emprego e ascensão social, fugindo à “empregomania” que a atrelava aos pequenos cargos públicos (Mariátegui, 1991d, p. 208).

A posição aprista frente à pretensão mariateguiana de pensar um caminho socialista para o Peru e a América Latina pode ser bem sintetizada pelo artigo do dirigente aprista Carlos Manuel Cox. Para ele, no que tange à interpretação marxista da realidade peruana, Mariátegui e o aprismo estariam de acordo. A divergência surgiria, segundo suas próprias palavras, no adjetivo (Cox, 1978, p. 4)<sup>21</sup>. O problema do autor dos *Siete Ensayos*, segundo o companheiro de Haya de La Torre, seria seu excessivo “intelectualismo”, que o levaria a desconhecer as necessidades próprias à ação política.

Desse modo, Mariátegui teria se deixado levar pelo impacto de sua experiência na Europa – a qual soubera analisar de modo acurado – e “imaginado” para o Peru e para a Indo-América um proletariado revolucionário que, na realidade, não existiria. Assim, termina julgando o legado mariateguiano com uma paráfrase de Ortega y Gasset: “tens razão em tudo o que negas, mas te equivocas em muito do que afirmas” (*Idem*, p. 8).

Cox recolhe de Haya o tema da adequação da teoria à realidade e do “europeísmo” de Mariátegui, ao mesmo tempo que procura reivindicar para a APRA seu legado como intérprete da realidade peruana. Como se depreende da análise feita acima, o juízo de Cox de que a discordância seria somente “adjetiva” é errôneo. Não que Mariátegui e Haya não tivessem importantes pontos de convergência, o que, aliás, foi admitido pelo próprio Mariátegui, em uma nota de rodapé dos *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, na qual afirmava:

“Escrito este trabalho, encontro no livro de Haya de La Torre *Por La Emancipación de América Latina* conceitos que coincidem absolutamente com os meus a respeito da questão agrária em geral e da comunidade indígena em

---

<sup>21</sup> Publicado em *Claridad*, no. 279, Buenos Aires, julho de 1930. 4.

particular. Partindo dos mesmos pontos de vista, de maneira que é forçoso que nossas conclusões sejam também as mesmas.” (Mariátegui, 2008, p. 68)

Ainda que ambos, mesmo após a ruptura, pudessem estar de acordo a propósito de um tema tão importante naquele contexto como era a “questão agrária”, o artigo do próprio Cox deixa claro que as divergências não eram meramente “adjetivas”, ao afirmar que a visão europeizante e intelectualista de Mariátegui o teria impedido de discernir as diferenças na estrutura social entre a Europa e a América Latina (Cox, 1978, p. 7).

Há, todavia, um aspecto interessante e acertado do texto do dirigente aprista: sua afirmação da divergência de Mariátegui com relação à III. Internacional. Embora se equivocando em fatos e datas, Cox aponta como o Partido Socialista de Mariátegui, embora pretendesse filiação à IC, foi rejeitado pela mesma por seu “revisonismo” (, pp. 7-8). É, justamente, para essa outra polêmica que me voltarei agora.

Este tema é um tópico controverso que divide os intérpretes da obra mariateguiana. Alguns – como Jorge Del Prado e Jorge Falcón -, ligados ao PCP, sustentam que as discrepâncias foram secundárias ou de menor importância (Del Prado, 1978, pp. 84-86) e (Falcón, 1985, pp. 26-28). Já outros, como Quijano, Alberto Flores Galindo (1994), Aricó (1978, 1987) e Antonio Melis (1978), adotam o ponto de vista oposto: o de que Mariátegui e a IC tinham divergências de fundo que teriam levado o marxista peruano ao isolamento, tanto no movimento comunista latino-americano, quanto em seu próprio partido. Mesmo sendo inegável que Mariátegui tenha sido parte da tradição política comunista, isso não deve obscurecer o caráter heterodoxo de seu pensamento, o qual recebeu reprovações explícitas dos representantes do *Comintern*. Para demonstrá-lo, é fundamental retornar à trajetória e aos termos do debate do peruano com a ortodoxia.

Como se viu acima, o Comintern já vinha exortando Mariátegui a romper com os apristas desde 1927, ao que este resistia, pelos argumentos também já expostos. Consumada a ruptura com Haya e fundado o novo partido socialista, nem por isso as relações entre Mariátegui e a IC se tornaram harmônicas. Tais divergências se aprofundariam e ficariam mais claras na 1ª. Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires em junho de 1929. Mariátegui redigiu duas teses para o evento: “*Punto de Vista Anti-imperialista*” e “*El Problema de Las Razas em América Latina*”.

Na tese sobre o problema racial, seu autor vinculava o potencial revolucionário dos indígenas à sua condição de camponeses (Mariátegui, 1991c, pp. 216-218). Nesse sentido, a “questão indígena” se resolveria com o acesso à terra e não, como sustentavam os documentos da IC, com a concessão aos indígenas do direito de autodeterminação: isto é, do direito de constituírem seus próprios Estados. Assim, “Peters”, representante da Juventude Comunista Internacional, acusou os delegados peruanos de subestimarem o caráter nacional das reivindicações indígenas e de adotarem, inconscientemente, o ponto de vista “chauvinista” dos peruanos brancos (IC, 1929, pp. 298-299)<sup>22</sup>.

Outro ponto da interpretação mariateguiana da “questão indígena” que gerou polêmica no encontro foi a tese, já referida acima, de que o *Ayllú* pudesse ser aproveitado como germe de uma economia socialista autóctone. Isso fica claro no seguinte comentário de “Leôncio”, pseudônimo de um dos delegados brasileiros ao encontro:

---

<sup>22</sup> Porém, diante das ponderações de Pesce e Portocarrero da inadequação da consigna da “autodeterminação nacional” à América Latina, Jules Humbert-Droz, “Luís”, admitiu que o problema era complexo e que demandaria maior estudo (*Idem*, p. 312).

“Latifúndio ou Comunidade? Mas, se o mal está no latifúndio, a salvação não se encontra nas comunidades agrárias. O grau de desenvolvimento econômico alcançado pela América Latina, não permite mais o retrocesso ao regime das comunidades primitivas. A volta à civilização índia é um ideal sem sentido na época em que vivemos.” (Idem, p. 295)

Como se pode ver, a crítica do delegado brasileiro à tese mariateguiana do socialismo indígena vai no mesmo sentido da crítica de Julio Antonio Mella às teses similares defendidas por Haya de La Torre.

Ainda que o qualificativo “populista” não chegue a aparecer nas atas da Conferência, ele veio a ser utilizado mais tarde por críticos ortodoxos das contribuições do fundador do socialismo peruano. O mais conhecido porta-voz dessa leitura de Mariátegui foi o latino-americanista soviético V. M. Miroshvsky. Segundo ele:

“Mariátegui acreditava que o Peru marcharia para a Revolução por um caminho próprio, por um caminho especial. Considerava os camponeses indígenas peruanos como “coletivistas naturais”, acreditava que estes realizariam a revolução socialista independentemente, sem o proletariado revolucionário” (Miroshvsky, 1978, p. 58)<sup>23</sup>.

Como se pode depreender da análise, feita até aqui da obra mariateguiana, a afirmação do autor soviético de que o peruano defendia uma revolução camponesa sem o proletariado é inteiramente equivocada. No entanto, as analogias que Miroshvsky vê entre Mariátegui e os *narodniks* não são, a meu ver, inteiramente desprovidas de razão. Basta pensar na centralidade que os *narodniks*, desde Alexander Herzen, seu precursor e uma de suas maiores influências, atribuíam à *obstchina* como base para um socialismo russo que poderia contornar o doloroso processo de industrialização capitalista, com todas as suas consequências sociais deletérias (Venturi, 1960, pp. 119-120), (Blakely, 1982, pp. 156-157). O problema é estigmatizar essas coincidências como indícios de um “socialismo pequeno-burguês” ou “retrógrado (Miroshvsky, 1978, p. 69). É sempre bom lembrar que os próprios *narodniks* não defendiam nenhum retorno a um passado medieval – postura mais associada com os “eslavófilos” contra os quais polemizavam – mas sim o aproveitamento das tradições coletivistas russas para a consecução de uma modernidade alternativa (Venturi, 1960, pp. 77-78). Analisando o programa dos Socialistas Revolucionários, principal organização do século XX herdeira do “populismo” oitocentista, Blakely afirma que o programa tinha claro viés progressista e não retrógrado (Blakely, 1982, p. 159).

A propósito merece destaque a menção que Miroshvsky faz ao “caminho próprio” defendido por Mariátegui. Para a ortodoxia soviética era justamente a ideia de um caminho próprio ao socialismo que parecia inaceitável. Por fim, entre as polêmicas que opuseram o SSAIC e os representantes peruanos esteve a do caráter do novo partido, a nova agremiação não assumira a forma de um Partido Comunista, o que foi expresso na adoção do nome “socialista”, de caráter mais genérico. No manifesto de fundação do PSP se diz: “De acordo com as condições concretas atuais do Peru, o comitê concorrerá à organização de um partido socialista, baseado nas massas operárias e camponesas organizadas” (Mariátegui, 1991d, p. 157)

---

<sup>23</sup> Este artigo foi publicado em 1943 na revista soviética *Historik Marxist* e traduzido posteriormente para o espanhol pela revista *Dialéctica* de Havana.

Mariátegui sabia muito bem que a denominação “comunista” era uma das 21 condições que os Estatutos da Internacional exigiam para a filiação de um partido. É sabido como o nome “socialista” tinha então para os comunistas uma conotação pejorativa, associada ao reformismo. Ora, porque um intelectual assumidamente revolucionário e simpático ao *Comintern* como Mariátegui preferira essa denominação?

Para entender suas razões, deve-se atentar para o começo e o fim da citação anterior. A prioridade do marxista peruano era a de fundar um partido que estivesse “em acordo com as condições do Peru” e que fosse “inserido no movimento das massas populares”. Ou seja, nas “condições concretas” do país um Partido Comunista exclusivamente operário, como queria a IC, seria, na visão mariateguiana, algo deslocado e inviável. Daí a opção por adotar o nome mais genérico de “socialista”.

Além do nome, os dirigentes da IC questionavam a composição de classe do PSP. Como se viu acima, em seu manifesto de criação o partido se dizia “baseado nas massas operárias e camponesas”. Porém, para homens como Jules Humbert-Droz, o qual representava, sob o pseudônimo de Luís, o *Comintern* na Conferência de Buenos Aires, o PSP era uma organização demasiado aberta e flexível, o que não correspondia a seus padrões de disciplina revolucionária. Isso fica patente nas críticas que o comunista suíço fez ao partido de Mariátegui, considerando-o demasiadamente “aberto” e de ideologia, senão “reformista”, no mínimo “confusa” (IC, 1929, p. 101). É interessante observar a reação do delegado peruano Julio Portocarrero, “Zamora”, a essas críticas. Segundo ele, as diretrizes da Internacional para cada país da região deveriam ser “diferentes”, pois “diferentes” seriam seus contextos socioeconômicos (*Idem*, p. 153).

Com isso, se pode compreender o que estava por trás da polêmica em relação ao nome e caráter do PSP: a IC temia a excessiva independência da nova organização e de seu principal dirigente, preferindo o alinhamento automático com suas decisões. Tal perspectiva é evidenciada pela seguinte afirmação de Humbert-Droz sobre o que o preocupava no PSP: “Temo que, sob uma forma nova, e com uma nova etiqueta, tenhamos no Peru o ressurgimento da APRA.” (IC, 1929, p. 101)

Desse modo, como sublinham diferentes estudiosos, a pretensão de Mariátegui de organizar um partido socialista que fosse capaz de exprimir a heterogeneidade da formação social peruana – incorporando operários industriais, trabalhadores-artesãos e camponeses indígenas – não foi bem recebida pelo *Comintern*, que a considerou “populista” (Angell, 1997, p. 83; Priestland, 2012, p. 242). A tarefa, proposta por Mariátegui de inserir-se no âmbito do movimento comunista internacional e, ao mesmo tempo, manter uma linha política independente – calcada numa apreensão da especificidade peruana e latino-americana – era, sem dúvida uma tarefa muito difícil. Dentre os obstáculos que se lhe antepunham, talvez o mais decisivo tenha sido a própria estrutura organizacional centralizada e da IC, estrutura essa destinada a enquadrar os PCs na linha oficial soviética, ainda que à custa de seu enraizamento local (Caballero, 1988).

## Conclusão

Ao longo deste artigo, procurei apontar como o termo “populismo” fez sua estreia no vocabulário político do marxismo latino-americano nos últimos dois anos da década de 1920 por meio das controvérsias envolvendo o cubano Julio Antonio Mella, os peruanos Haya de La Torre e Mariátegui, além da própria Internacional Comunista. Por meio da análise dos usos do vocábulo nessas polêmicas, fica claro que o adjetivo “populista” teve, desde seus inícios, um uso claramente pejorativo, como estigma de uma vertente política “romântica” e “reacionária”, do ponto de vista de suas doutrinas sociais

e econômicas, “reformista”, do ângulo de seu programa político, e “pequenoburguesa”, no que se refere à sua base ou composição social.

Porém, não deixa de ser interessante o fato de o comunistas latino-americanos terem recorrido a um termo oriundo do vocabulário político russo, originalmente empregado para referir-se a problemas específicos daquela realidade histórico-social. É verdade que, como se viu de saída, o próprio Lênin já havia proposto uma ampliação do escopo geográfico do populismo, ao empregar o termo para qualificar o *Kuomintang* de Sun Yat-Sem. Assim, dado que Haya de La Torre assumia o nacionalismo chinês como uma de suas fontes de inspiração, homens como Mella acabaram imaginando uma linha de continuidade entre os *narodnikis*, o *Kuomintang* e a APRA. Ironicamente, ainda que Mariátegui também tivesse feito uso do “populismo” como rótulo pejorativo contra Haya, sua obra acabou sendo rotulada do mesmo modo mais tarde por Miroshevsky.

Dessa maneira, o marxista peruano, ao pretender fundar o socialismo “indoamericano” nas tradições coletivistas dos indígenas andinos e ao procurar organizar um partido que exprimisse a heterogeneidade dos setores subalternos de sua formação social, acabaria se misturando à essa tradição ideológica que negaria a universalidade das “leis” de funcionamento do capitalismo, em nome de uma exaltação romântica das particularidades locais, as quais procuraria resguardar da inelutável destruição a qual estariam condenadas pelo progresso.

Como me referi acima a respeito da crítica de Miroshevsky, não creio que a observação dessas afinidades, ainda que exageradas, esteja necessariamente incorreta. Pelo contrário, creio sim que há algo de correto na identificação, tanto de Haya, como talvez mais ainda de Mariátegui, com o populismo russo tendo em vista sua “visão de mundo”. O que as analogias acima apontadas sugerem, a meu ver, é que os pensadores radicais ou revolucionários de sociedades periféricas ou retardatárias enfrentam, em condições históricas distintas, desafios semelhantes, tais como o abismo que separa suas formações sociais dos modelos políticos metropolitanos, ou o dilema entre a “marcha forçada” para o progresso e a busca de uma via alternativa, mais lenta, para a modernidade (Berlin, 1960, p. XXIX).

Aliás, segundo Waliki (1969) o populismo russo poderia ser entendido como uma “reação” russa à interpelação do marxismo. Afinal, as obras de Marx tiveram, nos anos 1870, uma grande e precoce circulação entre a *intelligentsia* radical e/ou revolucionária do Império czarista. Contudo, esses intelectuais leram e interrogaram a obra de Marx do ponto de vista dos dilemas de sua sociedade, periférica e deslocada em relação aos centros do capitalismo industrial avançado. Um bom exemplo nessa direção, foi a correspondência entre o próprio Marx e a militante “populista” russa Vera Zazulitch acerca da possibilidade ou não de uma passagem da *obstchina* para formas modernas de socialismo.

Como sugerem Berlin e Waliki, em outros contextos periféricos, enfrentados aos dilemas da modernização capitalista, acabaram se reproduzindo problemas e discussões análogas, o que explica o paralelismo entre o debate russo do último quartel do século XIX e o debate da esquerda latino-americana dos anos 1920. Nesse sentido, como indica Juan Carlos Portantiero (1990, pp. 335-336), não teria sido por acaso que a contribuição mais criativa da América Latina ao marxismo, a de Mariátegui, teria surgido no Peru, país que, de maneira análoga à Rússia do século anterior, apresentava agudos contrastes com os modelos “ocidentais” de sociedade e de progresso, e não na Argentina, cuja formação social possuiria, ainda que superficialmente, maior semelhança com as da Europa ocidental.

Retornando aos raciocínios de Mella e Miroshevsky a respeito de Haya de La Torre e Mariátegui, o maior problema não estaria tanto na analogia proposta, mas sim no

sinal negativo que lhe atribuíam. Ao rotular seu interlocutor peruano como “populista”, o revolucionário cubano estava, sem sabe-lo, inaugurando uma longa divisão no seio da esquerda do subcontinente entre, de um lado, marxistas, no mais das vezes comunistas e, do outro, nacionalistas, colocados pelos primeiros sob a rubrica de “populistas”. Essa fissura organizaria o campo da esquerda latino-americana pelo menos até a Revolução Cubana de 1959. Como afirmam Portantiero e De Ipola (1981, pp. 1-2) essa cisão entre “socialistas” e “nacionalistas” – cujos autores identificam, justamente, na controvérsia entre Mariátegui e Haya de La Torre - teria profundas consequências para os movimentos revolucionários na região, ao dificultar a formação de atores coletivos com capacidade hegemônica, com as exceções do castrismo e do sandinismo, os quais, não por acaso, teriam sido capazes de superar essa polaridade.

### Bibliografía

- ANGELL, Alain. 1997.** “Las Izquierdas en América Latina Desde 1920”. In. BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*. Vol. XI. Barcelona: Crítica/Grijalbo/Mondadori.
- ARICÓ, Jose. 1978.** “Introducción”. In. (org.). *Mariátegui y Los Orígenes del Marxismo en América Latina*. México D. F.: Pasado y Presente.
- \_\_\_\_\_. 1987. “O Marxismo Latino-americano nos Anos da III. Internacional”. In.
- HOBBSBAWM, E. J. 1987. *História do Marxismo. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra.*
- BERLIN, Isaiah. 1960.** “Introduction”. In. VENTURI, Franco. *The Roots of Revolution: a history of populist and socialist movements in 19<sup>th</sup> century Russia*. Nova Iorque: Alfred Knopf.
- BLAKELY, Alisson. 1982.** “The Making of Populist Revolution in Russia (1900-1907)”. In. CONIFF, M. *Latin American Populism in Comparative Perspective*. Albuquerque: New Mexico University Press.
- CABALLERO, Manuel. 1988.** *La Internacional Comunista y La América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad.
- COX, Carlos Manuel. 1978.** “Reflexiones Sobre José Carlos Mariátegui”. In. Aricó, J. (org.). *Mariátegui y Los Orígenes del Marxismo Latino-americano*. México D. F.: Pasado y Presente.
- DEL PRADO, Jorge. 1978.** “Mariátegui, Marxista-Leninista Fundador Del Partido Comunista Del Peru”. In. Aricó, José (org.). *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*. México d. F.: Pasado y Presente.
- FALCÓN, Jorge. 1985.** *Anatomía de Los Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*. Lima: Amauta.
- GALINDO, Alberto Flores. 1994.** *La Agonía de Mariátegui: La polémica con La Comintern*. In. *Obras Completas*. Vol. II. Lima: Fundación Andina.
- GODIO, Julio. 1983.** *Historia del Movimiento Obrero en América Latina (1918-1930): comunismo y nacionalismo*. Vol. II. Caracas/México D. F./Buenos Aires: Nueva Sociedad/Nueva Imagen.
- HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. 2008a.** *El Anti-Imperialismo y El APRA*. In. *Idem. Obras Escogidas. Vol. II. Lima: Instituto Victor Raúl Haya de La Torre.*
- \_\_\_\_\_. **2008b.** *El Espacio/Tiempo Histórico*. In. *Idem. Obras Escogidas*. Vol. IV. Lima:

- Instituto Víctor Raúl Haya de La Torre.\_
- \_\_\_**2001**. El Aprismo És Uma Doctrina Completa y Um Método de Acción Realista. In. *Montesinos, J. N. (org.). Haya de La Torre O La Política Como Misión Civilizadora*. México D. F.
- INTERNACIONAL COMUNISTA (IC). 1929**. *Actas de La 1ª. Conferencia de Partidos Comunistas de América Latina*. Buenos Aires: Editorial La Correspondencia Sudamericana.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. 1986**. *A Que Herança Renunciamos*. In. *Idem. Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega.
- \_\_\_**1975**. “Democracy and Narodnism in China”. In. *Colected Works*. Vol. XVIII. Moscou: Progress Publishers.
- \_\_\_**1982**. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARIÁTEGUI, Jose Carlos. 1995**. “Antecedentes y Desarrollo de La Acción Classista En El Peru”. In. *Mariátegui Total*. Vol. II. Lima; Amauta.
- \_\_\_**1991a**. “Aniversario y Balance” In. QUIJANO, A. (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: FCE.
- \_\_\_**1991b**. “Existe Um Pensamiento Hispano-americano?”. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: FCE.
- \_\_\_**1991c**. “El Problema de Las Razas En América Latina”. In. QUIJANO, Anibal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: FCE.“
- \_\_\_**1991d**. “Manifiesto de Creación del Partido Socialista del Peru”. In. QUIJANO, Anibal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: FCE.
- \_\_\_**1991e**. Punto de Vista Anti-Imperialista”. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.:FCE..
- \_\_\_**2008**. *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- MELLA, Julio Antonio. 1975**. “Que És El ARPA?”. In. *Selección de Escritos de Julio Antonio Mella*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales.
- MELIS, Antonio. 1978**. “Mariátegui: primer marxista de América”. In. ARICÓ, Jose (org.). *Mariátegui y Los Origenes del Marxismo en América Latina*. México D. F.: FCE.
- MONTESINOS, Jorge Nieto. 2002**. “Estudio Introductorio”. In. *Idem (org.). Haya de La Torre O La Política Como Misión Civilizadora*. México D. F.: FCE.
- PIPES, Richard. 1964**. “Narodnichetsvo: a semantic inquiry”. In. *Slavic Review*. No. 23. Vol. 3.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. 1979**. *Estudiantes y Política en América Latina*. México: Siglo XXI.
- \_\_\_**1990**. “O Marxismo Latino-americano”. In. Hobsbawm, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. Vol. XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_ **e DE IPOLA, Emilio. 1981**. “Lo Nacional-Popular y Los Populismos Realmente Existentes”. In. *Nueva Sociedad*. No. 54. maio-junho. Caracas: Nueva Sociedad.
- PRIESTLAND, David. 2012**. *A Bandeira Vermelha: uma história do comunismo*. São Paulo: Leya Editora.
- QUIJANO, Anibal. 1991**. “Notas”. In. *Idem (org.). Textos Básicos*. México D. F.: FCE.

- SLESSINGER, Rudolf. 1974.** *La Internacional Comunista y La Questión Colonial*. México D. F.: Pasado y Presente.
- TEIXEIRA, Geraldo L. 2001.** *Anti-imperialismo e Nacionalismo: o debate dos anos 1920 nas visões de Julio Antonio Mella e Haya de La Torre*. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo: FFLCHUSP.
- VENTURI, Franco. 1960.** *The Roots of Revolution: a history of the populist and socialist movements in 19th century Russia*. Nova Iorque: Alfred Knopf.
- WALIKKI, Andrezj. 1969.** “Rusia”. In. GELNER, Ernest e IONESCU, Guita (org.). *Populismo: sus significados y características nacionales*. Buenos Aires: Amorortu Editores.